

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

**Área Temática: Agro-Bioenergia
Período de Análise: dezembro de 2009.**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Isto é Dinheiro Rural
Revista Globo Rural

Índice

AMBIENTE ESTRATÉGICO E EMPRESARIAL	4
Etanol.....	4
Canavieiros fecham entrada da usina anicuns no segundo dia de paralisação – sítio eletrônico da CONTAG - 02/12/2009	4
Alta do etanol não Chega ao produtor – José Maria Tomazela - Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 21/12/2009.....	5
Para usineiros, 2010 será o Ano da cana – José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 23/12/2009.....	5
Bunge adquire cinco usinas do Grupo Moema – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 24/12/2009.....	7
Safratrasa, e cortadores de cana passarão o Natal e o Ano Novo no canavial – Juliana Coissi – Folha de São Paulo – Dinheiro – 19/12/2009	8
Álcool deixa de ser vantajoso em SP – Mauro Zafalon - Folha de São Paulo – Dinheiro – 31/12/2009.....	9
Fim do desmate custa até US\$ 18 bi – Alexandre Inácio – Valor Econômico – Agronegócio - 03/12/2009.....	10
Sem oferta, usinas terão que renegociar entregas de açúcar - Fabiana Batista – Valor Econômico – Agronegócios - 09/12/2009.....	11
Nordeste terá mais variedades de cana de maior eficiência - Murillo Camarotto – Valor Econômico – Agronegócios - 17/12/2009	12
Petrobras Biocombustível compra 40,4% da Total - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Brasil - 23/12/2009	13
Petrobras investe para crescer em etanol e biodiesel no Brasil - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 28/12/2009.....	14
Múltis vão moer pelo menos 20% da safra de cana - Fabiana Batista – Valor Econômico – Agronegócios - 29/12/2009	15
Biodiesel.....	18
Biodiesel fortalece o desempenho da Caramuru no ano - Fernando Lopes – Valor Econômico – Agronegócios - 10/12/2009.....	18
Biodiesel alavanca faturamento da Granol - Fernando Lopes – Valor Econômico – Agronegócios - 15/12/2009	19
POLÍTICA NACIONAL DE BIOCOMBUSTÍVEIS	21
Etanol.....	21
Audiência pública discutiu a restrição ao plantio de cana-de-açúcar – sítio eletrônico da CONTAG – 10/12/2009	21
Brasil faz 1º leilão de energia eólica – Renée Pereira - Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 13/12/2009.....	22

Consumo de etanol cresce 20% e o de gasolina fica estagnado em 2009 – Nicola Pamplona - Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 14/12/2009.....	23
Mudança põe em risco leilão de energia eólica – Wellington Bahnemann - Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 14/12/2009.....	24
Leilão de eólicas movimenta R\$19,5 bi – Renée Pereira - Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 15/12/2009.....	25
Brasil vai produzir 20% de todo açúcar Do mundo este ano – Célia Froufe - Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 15/12/2009.....	26
Alstom anuncia fábrica de gerador eólico na BA – Renée Pereira – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 19/12/2009.....	27
O leilão de energia eólica- Estado de São Paulo – Notas e Informações – editorial – 23/12/2009.....	28
Comercialização de etanol terá novas regras – Kelly Lima – Estado de São Paulo – economia e Negócios – 23/12/2009.....	29
Setor sucroalcooleiro e o capital estrangeiro – MaurilioBiagiFilho – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 28/12/2009.....	30
BNDES emprestará R\$ 6 bi para usinas - Fabiana Batista – valor econômico – Agronegócios - 11/12/2009.....	31
Bagaço de cana ajuda a iluminar interior do Estado - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Brasil - 12/11/2009.....	33
Para Marina, saída é diversificação de fontes de energia - Vandson Lima – Valor Econômico – Político - 12/11/2009.....	34
Empresas de energia eólica criticam redução do prazo de isenção do ICMS – Valor Econômico – Brasil - 14/12/2009.....	35
RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	36
Etanol.....	36
Tarifa chinesa favorece exportação de álcool nacional – Folha de São Paulo – Dinheiro – 19/12/2009.....	36
Por meta de clima, Japão pode taxar combustível – Valor Econômico – Internacional - 03/12/2009.....	36

AMBIENTE ESTRATÉGICO E EMPRESARIAL

Etanol

Canavieiros fecham entrada da usina anicuns no segundo dia de paralisação – sítio eletrônico da CONTAG - 02/12/2009

Cerca de 400 trabalhadores rurais do Grupo Faria - A Usina Anicuns S.A - ocuparam na manhã desta quarta-feira 02, a entrada principal da Usina, no segundo dia de paralisação da categoria. Os canavieiros reivindicam o pagamento do 13º salário e a garantia dos direitos trabalhistas. O diretor da Empresa, Antonio Josias, informou que a safra 2009 foi encerrada nesta segunda-feira e não tem dinheiro para pagar os trabalhadores, o que irritou os canavieiros. Com o fim da safra, cerca de 4 mil cortadores de cana que trabalharam, agora esperam receber o acerto de contas. Os trabalhadores que estão paralisados, são os canavieiros efetivos da empresa, que só voltam a cortar o restante da cana, depois dos acertos.

O movimento é coordenado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Anicuns-GO e pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Goiás - Fetaeg.

O secretário de assalariados da Fetaeg, José Maria de Lima, disse que o setor está simulando uma crise que não existe. "Eles venderam bem e o preço do açúcar subiu muito no mercado, por isso existe dinheiro para pagar os canavieiros", reclamou José Maria. O presidente da Fetaeg, disse que a entidade já denunciou a situação trabalhista da Usina ao MPT - Ministério Público do Trabalho e ao Ministério do Trabalho e Emprego. A direção da Fetaeg e do Sindicato também vão formalizar uma denúncia contra a empresa que está cortando cana queimada com máquinas, o que não é permitido. "A máquina chegou para cortar cana crua, e os usineiros estão descumprindo a lei, tirando os postos de trabalho dos canavieiros e ainda cometendo crime ambiental, cortando cana queimada de forma mecanizada", denuncia Elias Borges, presidente da Fetaeg.

A Usina do Grupo Faria tem unidades no Estado de Goiás nos seguintes municípios: Anicuns, Goiatuba, Itapaci e Itapuranga, e todas estão com problemas de pagamentos dos salários dos canavieiros. O Grupo Faria também assinou o Termo de Compromisso do Setor Canavieiro com o Presidente Lula, se comprometendo a desenvolver boas práticas trabalhistas no setor.

Fonte: Comunicação da Fetaeg

Alta do etanol não Chega ao produtor – José Maria Tomazela - Estado de São Paulo
– Economia e Negócios – 21/12/2009

Plantadores de cana-de-açúcar do Estado de São Paulo reclamam que os benefícios trazidos pela demanda aquecida e a boa cotação do açúcar e do etanol ainda não chegaram ao campo. De acordo com o gerente-geral da Associação dos Fornecedores de Cana de Guariba (Socicana), Maurício dos Santos Simões, a renda do produtor não aumentou, apesar do momento de euforia no setor. “Houve uma redução no custo de produção por causa da queda no preço do adubo, mas a receita está igual à de 2008.” A Socicana reúne 1.500 produtores da região próxima de Ribeirão Preto, que detêm a maior concentração de usinas do País.

De acordo com Simões, as chuvas intensas acabaram prejudicando a produção. Nas regiões tradicionais, como Araçatuba, Araraquara, Piracicaba e Ribeirão Preto, a média deste ano superou os 300 milímetros quando a média histórica gira em torno de 120. O excesso de água no solo e os dias sem sol interferiram na produção da sacarose. Como o produtor recebe pelo índice de ATR (Açúcar Total Recuperável) por tonelada, a remuneração caiu. “O agricultor precisou fornecer mais toneladas de cana para receber o mesmo valor de um período normal.”

Os quase 10 dias por mês em que as usinas não puderam colher, de agosto a cá, também pesaram, pois muita cana ficou para a próxima safra, segundo ele. “O agricultor contava com esse dinheiro, mas é uma receita que não entrou.” A colheita da cana bisada – deixada de uma safra para a outra – não tem o mesmo rendimento, diz Simões.

Ele se preocupa com o excesso de otimismo em torno da cotação do açúcar. “O mercado internacional é balizado pelo que Índia e Rússia fazem. Hoje o preço é bom porque faltou açúcar na Índia.” Para ele, com o real valorizado, o câmbio não favorece as exportações brasileiras. “Mais da metade (60%) do nosso açúcar é exportado.”

O produtor Guilherme Martins, que fornece cana para uma usina da região de Porto Feliz, disse que as chuvas, num primeiro momento, ajudaram o desenvolvimento das lavouras. “De julho em diante ficou muito ruim.” Martins não teve condições de fazer todos os tratamentos culturais, como adubação e capina, e teme que o rendimento da lavoura na próxima safra seja afetado. Mesmo assim, a renda da propriedade, que também produz grãos, foi garantida pela cana.

Apesar do ciclo longo de cinco anos, a cana-de-açúcar entra no sistema de rotação das lavouras. No Estado de São Paulo, a próxima safra terá 5,46 milhões de hectares plantados, aumento de 1% em relação à anterior, segundo o Instituto de Economia Agrícola (IEA).

Para usineiros, 2010 será o Ano da cana – José Maria Tomazela – Estado de São Paulo
– Economia e Negócios – 23/12/2009

No agronegócio brasileiro, 2010 vai ser o ano da cana. À boa cotação internacional do açúcar, o ouro branco que salvou a lavoura dos usineiros em 2009, vão se somar a consolidação do mercado interno do etanol com a definição do consumidor de automóveis pelos modelos flex e as animadoras perspectivas externas trazidas pela conferência de Copenhague. Produtores e empresários acreditam que o mundo passará a usar o combustível verde como alternativa ao petróleo.

Há otimismo no setor sucroalcooleiro que nem o excesso de chuvas, prejudicou o rendimento do canavial, consegue esfriar. Nunca antes houve uma coincidência tão boa de fatores favoráveis aos produtos da cana: açúcar, álcool e energia. Investimentos que haviam sido postergados com o advento da crise há muito estão sendo retirados das gavetas.

As usinas de destilarias do centro-sul do Brasil moeram 532 milhões de toneladas, de acordo com a União da Indústria da Cana-de-Açúcar (Única). Com o mercado de malta, o açúcar puxou 9,27% a mais do caldo da cana em relação à safra anterior, perfazendo total, 44,04% do total – outros 55,96% foram para o etanol, queda de 6,26% em relação a 2008.

Assim, a produção brasileira de açúcar registrou o maior índice dos últimos 30 anos, de acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Segundo dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), foram produzidas 34,64 milhões de toneladas, crescimento de 9,6% se comparado à safra anterior. Desse total, o País exportou cerca de 23,2 milhões, ante 20,7 milhões da safra passada, tendo como principais compradores Índia e Rússia. O resultado seria melhor se não fossem as chuvas, que além de terem impedido a colheita de 10% da cana madura, reduziram o teor de sacarose e a produtividade das plantas. “Tivemos de moer de 30 a 35 milhões de toneladas a mais”, disse o diretor técnico da Única, Antônio de Pádua Rodrigues.

Se o tempo tivesse ajudado, ele calcula que o setor teria faturado mais R\$ 3 bilhões. “Temos de comemorar a recuperação dos preços do etanol e do açúcar”, disse Rodrigues, lembrando que 2009 começou repleto de incertezas. Muitas usinas estavam endividadas e havia o risco de quebra. A entrada da Índia nas importações de açúcar deu fôlego às empresas. O sucesso do carro flex gerou demanda de 1,5 bilhão de litros por mês e ajudou na reação do preço do álcool. “Chegamos no final da safra com uma oferta apertada de etanol, o que leva a crer que 2010 será um ano positivo. Vai ser uma safra de preços remuneradores.” O endividamento das usinas caiu e grandes grupos voltaram a buscar negócios no Brasil.

AQUECIMENTO

O presidente da Cosan Açúcar e Álcool, Pedro Mizutani, acredita que 2010 será ainda melhor. “A demanda por açúcar e etanol vai continuar aquecida porque os estoques não se recuperaram.”

Se o ano bom do açúcar não terminou, o do etanol está só começando, acredita Mizutani. Ele vê a frota de carros bicombustíveis sendo ampliada à razão de 200 mil veículos por mês e acredita que o etanol brasileiro saiu valorizado das discussões sobre os efeitos do aquecimento global na conferência de Copenhague. “Houve consenso de que precisamos

enfrentar as mudanças climáticas e os governos reconheceram que o etanol pode contribuir para isso.” Ele espera que a população e as autoridades o uso de energias sustentáveis. “O governo brasileiro precisa vender a ideia do nosso etanol.” De acordo com Mizutani, o início da safra de 2010 deve ser antecipado para o corte das 50 mil toneladas que permaneceram desta safra.

“Algumas usinas voltam a moer em janeiro, outras não vão parar”, contou. Não será o caso das 23 usinas do grupo Cosan, gigante do setor, que encerraram a moagem na última sexta-feira e, dependendo do tempo, só retomam a partir da segunda quinzena de março. Entre as unidades do grupo, a Costa Pinto, uma das maiores usinas do Brasil, parou a moagem esta semana, mas já vinha operando ociosa por causa das chuvas.

A Costa Pinta tem capacidade para moer 24 mil toneladas de cana por dia e produzir 41,5 mil sacas de açúcar e 1.250 m³ de etanol. É uma das pioneiras na produção de energia elétrica com uso da biomassa – outro produto da cana. A capacidade de geração é de 75 megawatts.

Bunge adquire cinco usinas do Grupo Moema – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 24/12/2009

A multinacional Bunge fechou ontem, em São Paulo (SP), um dos maiores acordos do setor sucroalcooleiro do País ao adquirir cinco das seis usinas do Grupo Moema, com sede em Orindiúva (SP). O negócio, de US\$1,5 bilhão, não envolveu dinheiro, apenas a troca de ações da Bunge na Bolsa de Nova York pelas do grupo brasileiro.

Com isso, os acionistas da Moema terão cerca de 9% de participação mundial na gigante do agronegócio. O valor base da troca de ações foi entre US\$ 100 e US\$ 102 por tonelada de cana processada pelas usinas, que moem 13,5 milhões de toneladas por safra.

O primeiro acordo assinado ontem foi com a Moemapar, holding cujo controle é dividido entre empresários Maurílio Biagi Filho, Eduardo Diniz Junqueira e ainda filhos de Armando Junqueira. A Moemapar tem cerca de dois terços de participação total no grupo de usinas e controla 100% da unidade Moema, em Orindiúva; 56% da usina Frutal, na cidade homônima no Triângulo Mineiro; 50% da Ouroeste, na cidade paulista, 40% da Guariroba, em Pontes Gestal (SP), e 43,75% da Itapagipe, também em Minas Gerais.

Os outros sócios já firmaram acordo com a Bunge e assinarão a troca de ações nos próximos dias. O acordo, previsto para ser divulgado ontem à noite por meio de comunicado à Bolsa de Nova York, começa a valer no dia 1º de janeiro de 2010 por questões tributárias e fiscais.

Entre os sócios da Moemapar nas usinas estão a Agropecuária CFM, o Grupo Arakaki, a Cargill, concorrente da Bunge, e a Humus Agrícola.

Para que o acordo fosse fechado, a Humus, que tinha 50% da Usina Vertente, assumiu a outra metade do controle da unidade que pertencia à Moemapar.

Para isso, cedeu os 30% que tinha na Guariroba para o sócio e deixou o negócio. A Bunge, que só fecharia o acordo se todas as unidades fossem envolvidas, precisou ceder.

Além da aquisição feita ontem, a Bunge já tem 80% da Usina Santa Juliana, no Triângulo Mineiro, com moagem estimada em 2,5 milhões de toneladas de cana por safra. A multinacional também tem dois projetos em construção: a Usina Pedro Afonso, no Tocantins, que deve começar a operar em 2010, e a Usina Monte Verde, em Ponta Porã, em Mato Grosso do Sul, também com capacidade inicial de 1,4 milhão de toneladas, em 2012.

Cortadores de cana se revoltam e enfrentam PM

Cerca de 800 trabalhadores rurais trazidos do Nordeste para trabalhar na colheita de cana em São Paulo voltaram ontem se confrontar com a Polícia Militar na Usina Campestre, em Penápolis, a 491 km da capital paulista. Os cortadores de cana, que estão há três meses sem receber salários e 13º, foram dispensados assim que a usina da Companhia Açucareira Penápolis paralisou as atividades, na semana passada. Sem

dinheiro para se alimentar ou voltar para casa, eles se revoltaram quando o prazo dado pela usina expirou sem que os acertos fossem feitos. Na terça-feira, eles destruíram a portaria de entrada da usina e parte da enfermaria. Um trabalhador ficou ferido.

Safra atrasa, e cortadores de cana passarão o Natal e o Ano Novo no canavial –
Juliana Coissi – Folha de São Paulo – Dinheiro – 19/12/2009

Os migrantes Francisco Barros Afonso, 33, e Francisco das Chagas Nunes Ferreira, 22, ambos do Maranhão, foram surpreendidos com a notícia de que não vão passar o Natal em casa. Os dois fazem parte de turmas de cortadores de cana do interior paulista que, pela primeira vez nas últimas duas décadas, vão passar o Natal e o Ano Novo trabalhando no canavial. A safra está sendo estendida até o final do ano ou meados de janeiro em algumas usinas por causa das chuvas -a colheita vai normalmente até o dia 20 de dezembro. Na usina Moreno, em Luiz Antônio, a safra deve se estender até o dia 28 deste mês. A usina emprega cerca de 800 pessoas no corte da cana. Quem vai virar o ano em plena colheita é a usina Maringá, de Araraquara. A safra vai até 15 de janeiro. A Maringá emprega cerca de mil trabalhadores no corte. Trabalhadores da Cerp (Central Energética de Ribeirão Preto) disseram que a usina deve seguir com a moagem até 24 de janeiro. A extensão, porém, já havia sido anunciada pela Cerp. De acordo com irmã Inês Facioli, da Pastoral do Migrante, o maior temor dos migrantes é que a rescisão fique abaixo da média dos outros anos -de R\$ 1.500 a R\$ 1.800. A Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar) não tem uma estimativa oficial de quantas usinas estenderão a safra, mas o mercado prevê que 40 usinas do Centro-Sul devam estendê-la ou até emendá-la com a próxima. Na opinião de Francisco Alves, professor da UFSCar (Universidade Federal de São Carlos), que estuda o trabalho na cana, obrigar migrantes a permanecer até janeiro é um "ato covarde" e uma "violação do direito do trabalhador".

Revolta

Nem todos os trabalhadores aceitaram bem a notícia e pretendem protestar no início da próxima semana. Outros ameaçam voltar para seus Estados, mesmo sem garantia de acerto salarial. Ferreira, que trabalha na usina Maringá, disse que parte dos colegas que vieram com ele do Maranhão ameaça ir embora nos próximos dias. Ferreira, que veio de Coroatá (MA), está na terceira safra de cana na região. "É muito chato virar o ano trabalhando. Ninguém concordou. Todo mundo está cansado, precisa ficar com a família. E também tem a nossa lavoura para a gente cuidar." Afonso, que corta cana para a usina Moreno, deixou a lavoura e a família em Timbiras, também no Maranhão. Em 2008, ele conseguiu tomar um ônibus no dia 23 de dezembro, levando R\$ 1.875 no bolso. "Vou passar o Natal aqui, né? Fazer o quê?"

Álcool deixa de ser vantajoso em SP – Mauro Zafalon - Folha de São Paulo –
Dinheiro – 31/12/2009

Levantamento mostra que o custo do álcool já se equipara ao da gasolina para quem abastece o carro

Entressafra da cana deve trazer novos aumentos, que podem ser interrompidos se o consumidor optar por abastecer com gasolina

O álcool perdeu a competitividade em relação à gasolina em São Paulo nesta semana. É a primeira vez que isso ocorre na capital paulista e a tendência é que essa perda de vantagem se amplie para outras regiões do país devido aos recentes aumentos de preços do combustível nas usinas. A **Folha** realiza pesquisa semanalmente em 50 postos da capital paulista e a desta semana indicou que o preço médio do álcool já está em R\$ 1,745 por litro, 70% do da gasolina, que é de R\$ 2,494 por litro. Ou seja, essa média de preços apurada pela **Folha** indica que os custos do álcool se equiparam aos da gasolina durante o abastecimento. O álcool deixa de ser competitivo quando os preços do produto atingem 70% dos da gasolina. Ao parar nos postos de abastecimento, os consumidores devem ficar atentos a essa paridade porque em vários estabelecimentos o álcool já é negociado a R\$ 1,899 em São Paulo, o que equivale a 76% do valor médio da gasolina. Ao atingir média de R\$ 1,745 por litro nesta semana, o álcool registrou o maior valor desde abril de 2006, quando a oferta do produto também foi reduzida na entressafra. A alta nos preços desse combustível na semana foi de 5%, segundo a pesquisa da **Folha**. E essa pressão deve continuar porque ontem o Cepea (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada) da Esalq/USP, que acompanha os preços do produto nas usinas, mostrou nova elevação. O litro do hidratado foi a R\$ 1,1019, com aumento de 1,04% na semana. Já o anidro foi a R\$ 1,2097, com alta de 1,16%. Os preços nas usinas não contêm impostos.

Novidade

A perda da vantagem do álcool em relação à gasolina é novidade em São Paulo e é a primeira vez que isso ocorre, de acordo com Antonio de Padua Rodrigues, diretor técnico da Unica, entidade que congrega as usinas. "A evolução dos preços agora vai depender do ímpeto do mercado. Se o consumidor ficar indiferente a esses preços e a demanda não cair, o custo do etanol vai subir ainda mais. Mas, se o consumidor optar pela gasolina, a tendência é que os preços do etanol recuem."

Existe produto para a entressafra, mas não o suficiente para cobrir a demanda de 1,4 bilhão de litros por mês -volume médio mensal consumido de abril a dezembro. O ajuste entre a oferta e a demanda do produto vai ser feito pelo preço, na avaliação de Padua.

A produção de álcool praticamente já terminou nesta safra. Poucas usinas vão avançar a colheita em janeiro e, mesmo assim, a oferta deverá ser muito pequena. "O correspondente a três dias da colheita de todas as usinas durante o ano", diz o diretor técnico. As usinas iniciam a safra do próximo ano em meados de março. O país está entrando nesta entressafra com estoques abaixo do previsto porque o ano foi

chuvoso e atípico, provocando queda de 1,8 bilhão de litros na produção em relação ao que se esperava. "Mais de um mês de consumo", diz Padua. A crise interna de abastecimento só não é maior porque as exportações deste ano foram bastante reduzidas. Em 2008, as usinas colocaram 4,2 bilhões de litros no mercado externo. Neste ano, o volume caiu para 2,8 bilhões.

Fim do desmate custa até US\$ 18 bi – Alexandre Inácio – Valor Econômico –
Agronegócio - 03/12/2009

Segundo Marcos Jank, Brasil deve assumir a liderança nas discussões sobre o clima, pois tem matriz de baixo carbono

Entre US\$ 7 bilhões e US\$ 18 bilhões até 2020. Esse é o custo estimado pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam) para que o desmatamento do lado brasileiro da floresta tenha um fim. Mais do que um desembolso para os cofres públicos e privados, esses valores podem ser encarados como investimento. Isso porque, previsões do próprio Ipam apontam que a preservação da floresta amazônica poderia render entre US\$ 70 bilhões e US\$ 110 bilhões nos próximos dez anos na geração de créditos de carbono a serem negociados no mercado.

Esse valor poderia ser um importante incremento ao mercado de carbono já existente. No ano passado, os negócios com crédito de carbono movimentaram em todo o mundo US\$ 128 bilhões.

Segundo o coordenador de pesquisa do Ipam, Paulo Moutinho, além do que o Brasil ainda pode ganhar com a preservação, o País precisa ser reconhecido por aquilo que já tem feito nos últimos anos. "Existem 47 bilhões de toneladas de carbono armazenadas na Amazônia brasileira. Estamos trabalhando de graça e precisaríamos do mínimo de reconhecimento internacional pelos esforços que estamos fazendo", afirma Moutinho.

O desmatamento é o principal agente emissor de gás carbônico do Brasil o que coloca o país na lista dos cinco maiores emissores do mundo. É por esse motivo que na meta apresentada pelo governo a redução no desmatamento ocupa o topo da lista de compromissos a serem assumidos, com uma expectativa de corte de 80%.

Mas não é apenas com o desmatamento que o Brasil pode lucrar. Segundo o professor do Centro de Energia Nuclear na Agricultura, da Universidade de São Paulo (USP), Carlos Clemente Cerri, o agronegócio tem um potencial para reduzir entre 1,6 bilhões e 4 bilhões de toneladas suas emissões, que também poderiam ser transformados em créditos de carbono.

"Já temos tecnologia para isso. O que faltam são recursos para financiar algumas mudanças necessárias ao agronegócio para que o setor emita menos e consiga fixar carbono no solo", afirma Cerri. As mudanças a que o professor se refere estão relacionadas à adoção do plantio direto na agricultura, aumento da colheita mecanizada da cana-de-açúcar e avanços na cadeia dos biocombustíveis, tanto no etanol quanto no biodiesel.

A meta de redução do desmatamento e das emissões no agronegócio e outros segmentos será apresentada pelo governo a partir da próxima segunda-feira, em Copenhague, na 15ª Conferência das Partes (COP 15). A delegação brasileira será composta por quase 600 pessoas e entre eles estarão representantes do agronegócio,

como o presidente da Associação Brasileira de Agribusiness (Abag), Carlo Lovatelli, e da União das Indústrias de Cana-de-açúcar (Unica), Marcos Jank.

Em relação às expectativas para o encontro da próxima semana, tanto Lovatelli quanto Jank dizem não esperar grandes avanços. "Estou mais otimista depois do compromisso assumido pelos EUA e China, mas será preciso igualar todas as bases de comparação e talvez não haja tempo para isso", afirma Lovatelli.

"Temos mais a ganhar do que perder em uma economia de baixo carbono, mas acredito que o encontro terá muita política e poucos resultados", afirma Jank.

Sem oferta, usinas terão que renegociar entregas de açúcar - Fabiana Batista – Valor Econômico – Agronegócios - 09/12/2009

O mau tempo nas regiões canavieiras e a consequente dificuldade das usinas em produzir açúcar (em volume e em qualidade) deflagraram um movimento de renegociação de contratos que não conseguirão ser cumpridos com a entrega física do produto. Estima-se que essa recompra de papéis tenha começado em outubro e alcance um volume entre 600 mil e 1 milhão de toneladas de açúcar, o equivalente a 5% das exportações brasileiras do produto. Com isso, a remuneração referente ao açúcar desses lotes deverá diminuir.

O problema, segundo Arnaldo Luiz Correa, da Archer Consulting, é que o mercado está "invertido" - ou seja, os contratos de curto prazo estão remunerando mais do que os mais longos, o que significa dizer que o vendedor (usina/trading) vai abrir mão de uma venda a preços maiores para assumir um contrato para entrega mais à frente a um valor menor. É difícil estimar o valor fechado nesses contratos que foram e estão sendo renegociados, segundo Vitor Piuma, da Planner Corretora. Mas, se os valores atuais dos papéis com vencimento mais curto e mais longo forem usados como referência, a diferença é próxima de 10%. Ontem, por exemplo, o contrato da commodity com vencimento em março de 2010 na bolsa de Nova York fechou em 22,22 centavos de dólar a libra-peso, 9,3% mais valorizado que os papéis para outubro.

De acordo com informações divulgadas ontem pela União da Indústria da Cana-de-Açúcar (Unica), por conta do excesso de chuvas deixaram de ser produzidos entre 2 milhões e 2,5 milhões de toneladas de açúcar no Centro-Sul do país. "As regiões canavieiras do Estado de São Paulo receberam, entre julho e setembro, em torno de 300 milímetros de chuva por mês, enquanto a média mensal para o período é de 100 mm", acrescenta Antônio de Pádua Rodrigues, diretor-técnico da Unica.

Com isso, além de quebra na produção de açúcar, as usinas da região também deixaram de fabricar até 1º de dezembro cerca de 2 bilhões de litros de etanol. Neste cenário, a Unica prevê que a receita das usinas nesta safra vai encolher em R\$ 2,5 bilhões por causa da cana-de-açúcar que não foi moída. Assim, a Unica estima que o volume de matéria-prima em pé será entre 40 milhões e 50 milhões de toneladas, que dever ser processada no ciclo 2010/11. Para se ter uma ideia dessa dimensão, o volume é próximo do que deve realizar a Cosan, maior grupo sucroalcooleiro do país, que prevê moer 56 milhões de toneladas na atual safra.

A menor oferta de açúcar também deu sinal forte ontem para o mercado interno. Piuma, da Planner, reporta que os negócios de venda do produto não estão sendo mais fechados no patamar de R\$ 52 a saca. Os vendedores estão testando um outro limite e

ofertam a saca (50 quilos) entre R\$ 56 e R\$ 57 (pagamento à vista, na usina no estado de São Paulo). "As usinas estão parando de moer e saindo do mercado em busca de preços melhores. Já teve oferta de R\$ 60, valor que, por enquanto, está sem comprador", afirma Piuma.

Com a frustração da moagem do atual ciclo, a tendência é que o setor volte a moer cana mais cedo. Segundo a Única, a partir da 2ª quinzena de março de 2010 em torno de 140 usinas deverão estar processando cana da temporada 2010/11, número que ficou restrito a 45 unidades em igual período deste ano.

Em coletiva à imprensa, a Unica revisou ontem a estimativa de moagem para o Centro-Sul com 538,1 milhões de toneladas de cana, ante as 529 milhões do levantamento anterior. A produção de açúcar, segundo a entidade, será de 29 milhões de toneladas, e a de etanol, de 23,3 bilhões de litros. Na segunda-feira, a AgraFNP divulgou sua estimativa de produção de etanol de 25 bilhões de litros. O volume se refere à produção nacional do produto e não do Centro-Sul, como informou o Valor.

Nordeste terá mais variedades de cana de maior eficiência - Murillo Camarotto – Valor Econômico – Agronegócios - 17/12/2009

A Rede Universitária para o Desenvolvimento do Setor Sucroalcooleiro (Ridesa) vai lançar em março do ano que vem 13 novas variedades de cana-de-açúcar, resultantes de cruzamentos genéticos que estão sendo realizados há quase 15 anos. Os modelos foram desenvolvidos com o intuito de elevar a eficiência da produção nacional, mais especificamente a da região Nordeste, que é bem menor que a do Centro-Sul.

Das 13 variedades que serão apresentadas, sete foram desenvolvidas especialmente para o Nordeste, onde a produtividade gira hoje em torno de 60 toneladas por hectare. No Centro-Sul, o rendimento é de 90 toneladas na mesma área. Segundo o coordenador da Ridesa em Pernambuco, Djalma Eusébio Simões, a expectativa é que a utilização das novas variedades aumente a produtividade do Nordeste em pelo menos 17% nos próximos três a cinco anos, para 70 toneladas por hectare.

Além do maior volume de produção por área plantada, a entidade espera elevar em pelo menos 10% o índice ATR (Açúcar Total Recuperado), que mede o teor de sacarose da cana. "A ideia é aumentar a produtividade agrícola e industrial", resume o presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar e Alcool (Sindaçúcar) de Pernambuco, Renato Cunha.

Segundo o coordenador da Ridesa, a ideia é que os produtores da região tenham disponíveis um leque maior de opções de plantio, que possa ser manejado conforme as necessidades de tempo e ambiente. Ele disse que algumas das novas variedades, por exemplo, produzem mais açúcar no período de início de safra no Nordeste, que ocorre em julho no Rio Grande do Norte e na Paraíba. Outras variedades, segundo ele, são mais propícias para o meio da safra.

Simões afirmou que as variedades que serão lançadas têm maior tolerância ao estresse hídrico, problema comum nas lavouras do Nordeste. "Também são mais tolerantes a pragas e doenças".

Além da melhoria genética das plantas, a Ridesa informa estar atuando em outras frentes para aumentar a produtividade nordestina, especialmente no que tange a melhorias na qualidade do solo e no tratamento de doenças. Segundo Renato Cunha, as usinas da região direcionam cerca de R\$ 700 mil por ano para a Ridesa.

A produtividade inferior do Nordeste é explicada basicamente pelo regime de chuvas e pelo relevo da região, ambos irregulares. Os aclives e declives da topografia nordestina dificultam a colheita mecanizada, que prospera nas plantações do Centro-Sul, onde são necessários, em média, 0,8 trabalhador para colher 1 mil toneladas de cana. No Nordeste, são 5,8 trabalhadores.

Com aproximadamente 11% da produção nacional, a safra 2009/10 do Nordeste deve ficar em torno de 64 milhões de toneladas, ligeiramente abaixo da safra anterior, que beirou 66 milhões de toneladas (ver texto abaixo). Segundo o Sindaçúcar pernambucano, até o dia 15 de novembro as usinas da região já haviam moído 25,12 milhões de toneladas, cerca de 39% do estimado para o ano. Alagoas e Pernambuco são os principais Estados produtores.

Petrobras Biocombustível compra 40,4% da Total - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Brasil - 23/12/2009

A Petrobras Biocombustível informou ontem que adquiriu 40,4% do capital social da Total Agroindústria Canavieira S.A., que possui uma usina de álcool no município de Bambuí, no Estado de Minas Gerais. Na operação para deter as ações da usina, a empresa aumentou o capital da unidade em R\$ 150 milhões. A operação marca a entrada da Petrobras Biocombustíveis na produção de etanol.

A usina de etanol de Bambuí tem capacidade instalada de produção de 100 milhões de litros de etanol hidratado por ano. A parceria viabilizará a ampliação da capacidade para de 203 milhões de litros por ano, com um excedente de energia elétrica para comercialização de 38,5 MW, gerada pelo aproveitamento do bagaço de cana-de-açúcar.

A participação em usinas produtoras de etanol e de energia elétrica está alinhada com o Plano Estratégico da Petrobras, que planeja investir US\$ 2,4 bilhões entre 2009 e 2013.

O **Valor** apurou que a unidade do grupo Total estava sendo disputada por outras grandes multinacionais, como a belga Alcotra. Há duas semanas, o presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, afirmou ao **Valor** que a empresa havia desistido da aquisição da usina de Itarumã, em Goiás, mas estava olhando outros projetos interessantes.

Segundo Matheus Hyashida, da consultoria F&G Agro, que assessorou a operação, a Total Agroindústria Canavieira foi constituída em 2006, tendo como principais acionistas um fundo de investimento em participações, empresas ligadas aos setores de construção pesada, transporte coletivo e pessoas físicas com experiência na agropecuária.

A unidade industrial de Bambuí foi concluída em setembro de 2009. Na primeira fase de investimentos, tem capacidade para moagem de 1,2 milhão de toneladas de cana.

Petrobras investe para crescer em etanol e biodiesel no Brasil - Mauro Zanatta –
Valor Econômico – Agronegócios - 28/12/2009

Ancorada em fortes incentivos à produção da agricultura familiar, a Petrobras Biocombustível tem uma estratégia agressiva para comprar participação acionária em diversas usinas de etanol e ampliar a sociedade com indústrias fabricantes de biodiesel.

A subsidiária integral da gigante brasileira de petróleo prevê ocupar uma fatia de 15% a 20% do mercado de etanol por meio da aquisição de até 40% das ações dessas empresas. Além disso, a Petrobras quer garantir a liderança em biodiesel com 25% da produção nacional, informa o presidente do Conselho de Administração da Petrobras Biocombustível e ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel. "Vamos comprar plantas boas, garantindo o controle da tecnologia e das finanças. Em breve, seremos a maior empresa de bioenergia do mundo".

O estímulo à agricultura familiar foi ampliado para garantir aval a financiamentos operados pelo Banco do Brasil, facilitar a transferência de um pacote tecnológico integrado por insumos, além de assegurar a compra da matéria-prima. Em setembro, a empresa firmou um convênio com o BB para avaliar R\$ 90 milhões a 60 mil produtores familiares de mamona, soja e girassol de Minas Gerais, Ceará, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí, Bahia e Sergipe. A produção, que deve ser ampliada por 120 mil hectares nessas áreas, abastecerá as usinas de Quixadá (CE), Candeias (BA) e Montes Claros (MG).

Em novembro, a Petrobras adquiriu metade das ações da usina de biodiesel BSBios, de Marialva (PR), por R\$ 55 milhões. "No biodiesel, entramos para ser líder de mercado. E vamos comprar algumas empresas", diz Cassel.

Os investimentos em etanol começaram com a compra de 40,4% das ações da usina Total, de Bambuí (MG), por R\$ 150 milhões, na semana passada. Até então, a Petrobras negociava adquirir parte da usina Itarumã (GO) em parceria com a japonesa Mitsui. "Vamos ter uma participação relevante neste mercado, algo entre 15% e 20%", diz o ministro. A opção pelo etanol também busca "equilibrar" o jogo com o forte interesse de grupos multinacionais no setor e evitar o domínio absoluto do capital estrangeiro em usinas brasileiras. Na quarta-feira, a empresa anunciou acordo com a estatal Petrochina para estudar possíveis projetos para produzir etanol conjuntamente no Brasil e exportá-lo para a China.

A subsidiária da Petrobras também investirá US\$ 530 milhões em pesquisas de biocombustíveis nos próximos cinco anos. A empresa já dominou o processo tecnológico de biodiesel derivado de mamona e tem programas de pesquisa para adequar as características das diversas matérias-primas às exigências técnicas. "Já podemos rodar com 30% de mamona nas usinas de biodiesel, produzir bem e acabar com gargalos", afirma Cassel. "Temos de impedir a agricultura familiar de entrar em aventuras", diz, em referência à produção de pinhão-manso e outras matérias-primas ainda sem soluções tecnológicas seguras.

As diretrizes para a Petrobras Biocombustível, comandada pelo ex-ministro Miguel Rossetto, passam pela certeza do governo sobre o "papel relevante" do setor rural brasileiro no cenário internacional de energia, produção de alimentos e redução dos efeitos do aquecimento global. "Todas as principais discussões mundiais passam pelo Brasil", diz Cassel. "Todas essas questões têm relação direta conosco. E podemos dar uma resposta incentivando a agricultura familiar de maneira sustentada".

Antes, porém, o país deve superar o que ele considera "polarização cretina" entre os donos de latifúndio e os movimentos sem terra. "Precisamos de uma estratégia para isso. Quer ter gente lá na terra? Vamos continuar desmatando? De que forma vamos produzir?", questiona o ministro.

Sob sua responsabilidade, está a diretriz nacional de desenvolvimento da agricultura familiar. "Mas não faz sentido discutir o setor rural, em pleno século XXI, com essa pauta de CPI e de oposição de ruralistas", afirma. O Congresso instalou uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar os repasses de verbas federais a cooperativas ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). "É uma coisa da metade do século passado", diz Cassel. "O mundo andou mais rápido que nós. Essa polêmica 'ruralista contra sem terra' não resolve, não responde a essa equação".

Múltis vão moer pelo menos 20% da safra de cana - Fabiana Batista – Valor Econômico – Agronegócios - 29/12/2009

Quando 2009 começou, a economia americana estava mergulhada na crise, as exportações brasileiras do agronegócio estavam em queda, algumas indústrias pediam recuperação judicial e o segmento sucroalcooleiro se via alavancado, após o boom de investimentos em anos anteriores. Os preços do açúcar e do álcool estavam baixos, o crédito, escasso, e os prazos dos credores pareciam correr mais rapidamente. As previsões catastrofistas se multiplicaram, mas o ano termina bem melhor do que começou.

"No início de 2009 a crise era tremenda e o cenário que se via à frente era desolador. Mas, agora, no fim do ano, o problema está menor. Tivemos pouquíssimos casos de recuperação judicial", avalia Marcos Jank, presidente da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica). Ainda assim, é inegável que a crise, mesmo que mais amena do que se previa, serviu para manter intenso o processo de consolidação do segmento, que ganhou força nos últimos anos.

Os firmes fundamentos de longo prazo, tanto para açúcar como para biocombustíveis e bioeletricidade, não deixaram alguns grandes grupos sucumbir, apesar do elevado endividamento. Muito dinheiro estrangeiro entrou no capital das usinas com dificuldades financeiras em troca de participação e também do controle. Uma vez concluídas as consolidações iniciadas em 2009, a Unica estima que os estrangeiros responderão por 20% da moagem de cana no Centro-Sul em 2010, 8 pontos percentuais a mais que no começo de 2009.

Entre as maiores operações do ano, estão a incorporação da Santelisa Vale pela francesa Louis Dreyfus e da Moema Participações pela americana Bunge. Ambas as múltis assumem o controle dos grupos de usinas que adquiriram.

A Dreyfus criou uma nova empresa, a LDC-SEV, da qual detém 60%, que nasce com 13 usinas e capacidade de moer 40 milhões de toneladas de cana, atrás somente da Cosan, que deve fechar a safra atual com 56 milhões de toneladas.

A Bunge comprou 100% da Moema Participações (Moema Par), holding que controla uma usina produtora de açúcar em Orindiúva (SP) e tem participação em outras cinco. A capacidade anual de esmagamento de cana das seis usinas é de 15,4 milhões de toneladas, das quais a múlti deterá 60% e já negocia com os outros acionistas

minoritários para abocanhar os outros 40% (ver ao lado). A transação ocorrerá por troca de ações. Os acionistas da Moema Par - entre os principais estão o empresário Maurílio Biagi Filho e integrantes da família Junqueira Franco - receberão 7,3 milhões de papéis da Bunge. Incluindo a assunção de US\$ 480 milhões em dívidas, a operação chega a US\$ 896 milhões.

Outro negócio cuja conclusão está em compasso de espera é a união da ETH Bioenergia, do grupo Odebrecht, com a Companhia Brasileira de Energia Renovável (Brenco). Prevista para ser concluída neste ano, a operação foi adiada para 2010, segundo a assessoria da ETH. Na semana passada, Luiz Pereira, diretor de relações institucionais e de sustentabilidade da ETH, disse ao **Valor** que havia algumas contingências técnicas para serem definidas no acordo.

Especialistas creem que, com esses movimentos, o segmento sucroalcooleiro vai iniciar 2010 com uma gestão melhor, ao mesmo tempo em que terá um maior volume de débitos renegociados e uma avaliação de risco mais positiva. Carlos Eduardo de Siqueira Cavalcanti, diretor de biocombustíveis do BNDES avalia que, ainda que o processo de reorganização financeira das usinas demande mais tempo, o segmento absorverá mais recursos em 2010. O banco espera desembolsar a projetos sucroalcooleiros um montante próximo ao deste ano (R\$ 6 bilhões). "Não podemos esquecer que o banco olha um setor em seu fundamento de longo prazo e, no caso do açúcar, do etanol e da bioenergia, essas perspectivas são positivas. Temos, por exemplo, uma frota nacional de 25% de veículos flex. O espaço para crescer é extenso", disse Cavalcanti.

Assim, nesse período em que os agentes financeiros comerciais retraíram crédito em sinal de aversão ao risco, o BNDES compensou parte da deficiência. Nos 12 meses seguintes a setembro de 2008, marco da quebra do Lehman Brothers, o banco elevou seus financiamentos diretos ao segmento para 62% do volume total, ou seja, sem a intermediação e assunção de risco de agentes financeiros. "Historicamente, nossa participação direta fica no patamar de 45% do desembolso total. Em 2010, esses níveis devem voltar ao normal, com a retomada da oferta de crédito", afirmou o executivo.

Já a volta dos projetos de novas usinas, os chamados "greenfields", é promessa somente para o fim de 2010 ou início de 2011. O carro-chefe do próximo ano deve ser as trocas de equipamentos de usinas e de melhorias no desempenho operacional dos ativos, sobretudo por parte dos grupos que incorporaram novas usinas. "Uma vez que se comprou o ativo, é natural que se busque agora ter melhor resultado. Os grandes players vão querer ampliar a eficiência e produtividade daquele ativo que foi agregado", antecipa Sérgio Leme, presidente da Dedini, líder em equipamentos para o segmento.

Segundo Jank, da Unica, o interesse por compra de usinas deve continuar em 2010 e as limitações vão existir por conta da falta de atratividade dos próprios ativos. "Há um grupo de usinas de menor escala e logística ruim que estão em situação mais complicada."

A prevista maior oferta de crédito tende a aliviar o caixa das usinas, que, assim, não precisarão liquidar produto a qualquer valor para fazer caixa, como neste ciclo. "A safra está terminando menor e com estoques mais justos. Claro que em início de safra naturalmente há uma tendência de queda, mas esperamos um ano mais equilibrado", diz Luiz Pereira, da ETH.

Para se ter uma ideia da volatilidade de 2009, em fevereiro o preço do litro do álcool hidratado estava em R\$ 0,80; para fazer caixa, as usinas elevaram a oferta e derrubaram o preço para R\$ 0,50 em março, patamar que perdurou por quase três meses. A recuperação só veio em setembro, quando a chuva atrapalhou a moagem de

cana e tornou o produto realmente escasso. "Essa necessidade de fazer caixa continuará existindo, mas vai diminuir. Por isso, o etanol terá remuneração mais equilibrada. O lucro operacional será melhor", afirma Arnaldo Luiz Correa, da Archer Consulting.

Os custos, porém, continuarão altos, fator que ainda vai imprimir o rótulo de ano "difícil" para o setor, na avaliação de Plínio Nastari, da Datagro. "Teremos uma safra grande, com custos elevados e muitos compromissos de pagamento". A estimativa da Datagro é que no próximo ciclo (que começa em março), a moagem de cana no Centro-Sul fique entre 565 milhões e 590 milhões de toneladas, até 10% mais que na temporada passada - um aumento menor que o da safra 2008/09 (16%), ainda com o clima de euforia com o etanol. A produção de açúcar deverá ficar entre 32 milhões e 32,6 milhões de toneladas, alta de 10%, e a de etanol entre 27,1 bilhões e 28,9 bilhões de litros, 12% de incremento.

Biodiesel

Biodiesel fortalece o desempenho da Caramuru no ano - Fernando Lopes – Valor Econômico – Agronegócios - 10/12/2009

Maior processadora de grãos de capital nacional, a Caramuru Alimentos conseguiu com o biodiesel, sua mais recente frente de negócios, um retorno suficientemente positivo em 2009 para preservar seus resultados gerais, também sustentados pelas exportações nos primeiros cinco meses do ano.

Segundo César Borges de Sousa, vice-presidente da Caramuru, o faturamento da empresa deverá totalizar R\$ 2,2 bilhões neste ano, praticamente o mesmo patamar de 2008 (R\$ 2,16 bilhões).

Em dólar também haverá pouca variação, mas, neste caso, negativa em virtude da erosão da moeda americana. Sousa prevê US\$ 1,13 bilhão em 2009, ante US\$ 1,2 bilhão no ano passado.

O câmbio explica as dificuldades que a companhia teve que contornar no ano nas atividades pelas quais é mais conhecida, que são originação, processamento e venda de grãos e derivados nos mercados doméstico e externo, com grande peso para as exportações.

Atualmente a Caramuru produz biodiesel, sobretudo a partir da soja, em uma planta localizada em sua fábrica instalada em São Simão, em Goiás. A capacidade instalada na unidade é de cerca de 180 milhões de litros por ano.

Com o amadurecimento do mercado do combustível alternativo no país - que já levou o governo a antecipar a adoção da mistura de 5% de biodiesel no diesel de 2013 para 2010 - a produção de São Simão será responsável por mais de 10% do faturamento da companhia em 2009.

O mesmo processo de maturação do mercado já levou a Caramuru a investir em sua segunda unidade de biodiesel, que deverá começar a rodar em Ipameri, também em Goiás, em junho de 2010.

Conforme Sousa, este projeto está absorvendo a maior parte dos investimentos de R\$ 52 milhões da empresa em 2009 e assim será também no ano que vem, quando os aportes totais deverão somar R\$ 40 milhões.

Tanto os gastos deste ano quanto os de 2010 são superiores ao montante investido pela Caramuru em 2008 (R\$ 36 milhões), em mais um sinal da importância do biodiesel para a companhia brasileira. Ipameri agregará à empresa uma capacidade de produção de 110 milhões de litros por ano.

"Apesar de ainda carecer de ajustes, o programa de biodiesel está dando certo e o país já pode pensar em antecipar a adoção de um percentual de mistura de 10% no diesel. Podemos ter estratégias mais agressivas", disse o executivo.

Os reflexos do avanço desse mercado no país e da empresa no segmento aparecem nas margens de esmagamento de soja, que em geral foram melhores em 2009 graças ao óleo de soja.

"Foi um ano bom para o óleo, inclusive para nossas vendas no varejo, e difícil para o farelo [de soja]", afirmou Sousa. As vendas no varejo representam cerca de 30% do faturamento da Caramuru, enquanto as exportações de grãos e derivados respondem por 40% a 45%. Quando um grão de soja é esmagado, o resultado é 20% de óleo e 80%

de farelo, e a demanda por este último derrapou também por causa do ano difícil para as carnes.

O biodiesel fortaleceu o papel da soja nos negócios da companhia. Na divisão do faturamento por matéria-prima processada ou não, a soja abocanha 80%, o milho fica com 10% e girassol e canola com a fatia restante, que também inclui serviços como armazenagem, frente na qual a Caramuru conta com 60 unidades com capacidade total para 1,9 milhão de toneladas de grãos.

No total, conforme Sousa, a Caramuru processou e comercializou 3 milhões de toneladas de grãos em 2009. Sua movimentação portuária em Santos, incluindo terceiros, também foi da ordem de 3 milhões de toneladas.

Para o vice-presidente, 2010 pode não ser um ano tão surpreendentemente bom como 2009, em grande medida por causa do câmbio. E não há no horizonte sinais de que a demanda por soja brasileira puxada pela China será tão forte no início de 2010 como foi até maio deste ano, quando a oferta argentina estava magra em razão da seca na safra 2008/09.

Biodiesel alavanca faturamento da Granol - Fernando Lopes – Valor Econômico – Agronegócios - 15/12/2009

Tradicional processadora de grãos de capital nacional que enfrentou sérios problemas financeiros no início desta década, a paulista Granol encontrou no crescente mercado brasileiro de biodiesel uma oportunidade para deixar as agruras para trás e praticamente triplicar de tamanho.

A empresa se destacou como a maior fornecedora de biodiesel para o programa governamental de disseminação do uso do combustível misturado ao diesel no país em 2008. A posição deve ser mantida em 2009, e a estratégia para defender esta liderança em 2010, quando a concorrência deverá aumentar, já está definida.

No 16º leilão de compra de biodiesel da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), em 17 de novembro, a Granol foi mais uma vez a vencedora. Ofertou 80 milhões de litros diante de um preço de referência de R\$ 2,35 por litro e preço médio ponderado de R\$ 2,33 (deságio médio de 1%) e fincou as bases para avançar no mercado no ano que vem, quando estreia a mistura de 5% de biodiesel no diesel (B5).

A adoção desse percentual deveria começar a valer apenas em 2013, mas tendo em vista o crescimento do parque produtivo no país o governo decidiu antecipá-la - até porque o consumo de diesel recuou no país em 2009, principalmente por causa dos reflexos da crise financeira global.

Mesmo com a crise e seus efeitos no processamento de grãos e na exportação de derivados em geral, Paula Regina Ferreira, diretora financeira da Granol e filha do principal acionista da empresa, antecipa que o faturamento total voltará a aumentar em real em 2009, como acontece desde 2005. Números preliminares indicam que a receita alcançará R\$ 1,717 bilhão, 2,1% mais que em 2008.

Em dólar, contudo, haverá queda. A projeção sinaliza US\$ 855 milhões, 10,5% menos em igual comparação. A guinada cambial verificada após o aprofundamento da

crise financeira irradiada dos EUA, em setembro do ano passado, deixou como saldo prejuízo em 2008, mas, de acordo com Paula, a Granol encerrará 2009 no azul.

Fundada no interior paulista em 1966, a processadora de grãos sobreviveu à intensa concentração deste segmento liderada por multinacionais como Cargill, ADM e Bunge com atuação regionalizada focada no mercado a granel. Ancorada pela soja, avançou a partir da aposta em clientes institucionais de farelo para a produção de ração e de óleo vegetal para o varejo.

Após quase quebrar por não contar com uma política apropriada de hedge quando houve a maxidesvalorização do real, em 1999, quando contou com a "compreensão" de fornecedores e clientes para continuar a operar, vislumbrou a oportunidade aberta pelo biodiesel já em 2004.

"A Granol foi uma das primeiras empresas a levar a questão do biodiesel ao governo. É um produto com grande sinergia com o nosso negócio", afirma Paula. Para a produção do combustível alternativo, investiu na soja como principal matéria-prima e não errou, já que o grão segue como a fonte economicamente mais viável para sustentar o avanço do mercado.

A companhia estreou na área com o arrendamento de uma unidade de oleoquímicos em Campinas (SP), em 2006. Depois investiu R\$ 150 milhões em duas plantas - em Anápolis (GO) e Cachoeira do Sul (RS) -, onde já estavam instalados dois de seus cinco complexos industriais. Tem pronto um projeto para uma terceira planta em São Paulo, que depende da evolução das vendas e de questões tributárias como a incidência de ICMS no transporte interestadual, que tira competitividade da operação.

"O biodiesel ainda não é economicamente viável sem o programa do governo, mas o mercado está se consolidando e já há uma matriz considerável no país", diz Paula Ferreira. A Granol mantém parceria com pequenos produtores em Mato Grosso do Sul, mas ainda considera que, de um modo geral, trabalhar com pequenos produtores é um dos grandes desafios do programa.

Em 2008, segundo a ANP, a Granol liderou as vendas de biodiesel nos leilões realizados, com participação de 20%. A fatia foi inflada pelo fato de que algumas empresas não cumpriram totalmente seus compromissos de entrega. Em 2009, mesmo sem esta "ajuda", a Granol projeta manter a liderança no fornecimento.

Com a queda das vendas de diesel no país em 2009, muitas das quatro dezenas de companhias que atuam nesse mercado não entregarão 100% do volume comprometido nos leilões. As regras do governo preveem um percentual de 10% para mais ou para menos nas entregas acertadas.

Com o avanço, o biodiesel deverá representar 37% do faturamento da empresa em 2009, segundo os dados preliminares fornecidos pela diretora. Óleos para alimentação humana e fins industriais deverão responder por 14%, enquanto o farelo de soja, destinado sobretudo à produção de rações, ainda abocanhará uma fatia de 45% das vendas totais. "Outros" negócios completam os 100%.

Com o biodiesel, a participação do mercado interno na receita total deverá alcançar 66%, ficando as exportações com os 34% restantes. "Apesar do biodiesel, nosso 'core business' continua sendo o esmagamento de sementes e oleaginosas", afirma Paula. A Granol tem capacidade anual para esmagar 1,9 milhão de toneladas de grãos e refinar 250 mil toneladas de óleo bruto. A empresa tem 1,3 mil funcionários e 8 mil clientes ativos.

POLÍTICA NACIONAL DE BIOCOMBUSTÍVEIS

Etanol

Audiência pública discutiu a restrição ao plantio de cana-de-açúcar – sítio eletrônico da CONTAG – 10/12/2009

A Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional promoveu nesta quarta-feira (9) audiência pública para debater o Projeto de Lei de nº 6077/09, do Poder Executivo, que regulamenta o Zoneamento Agroecológico Nacional da Cana-de-Açúcar e restringe o plantio desta cultura no território nacional.

O projeto proíbe a expansão do plantio de cana-de-açúcar na Amazônia, no Pantanal e na bacia do Alto Paraguai. Também proíbe a supressão, em todo o território nacional, de vegetação nativa para expandir esse cultivo. Os deputados Silas Câmara (PSC-AM) e Antonio Feijão (PSDB-AP) afirmam que as regras da proposta atingem 81,5% do território brasileiro.

A comissão convidou o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, para participar da discussão deste assunto e defendeu o zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar, argumentando que o etanol brasileiro tem inimigos no exterior por causa de questões ambientais. Segundo o ministro, "o mercado externo está ficando cada vez mais exigente, criando barreiras por questões ambientais, e quem não se adequar vai ficar fora."

No caso da Amazônia, Carlos Minc disse ainda que o Ministério da Agricultura prevê a produção de dendê, que é mais apropriado, segundo a Embrapa, em termos de solo.

Alguns deputados são contrários à proposta do governo, como o deputado Antonio Feijão (PSDB-AP), que afirmou que estão exigindo demais da Amazônia. "O Amapá tem o litro de álcool mais caro do País e, além disso, não há no estado nenhum programa de energia alternativa."

Tramitação

O projeto do Executivo tramita anexado ao PL 3680/08, do deputado Pedro Eugênio (PT-PE), que limita o plantio da cana-de-açúcar às propriedades localizadas em áreas com zoneamento agroecológico que assegurem espaço para a produção de alimentos. As propostas tramitam em caráter conclusivo e serão analisadas por uma comissão especial.

Brasil faz 1º leilão de energia eólica – Renée Pereira - Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 13/12/2009

Os 10 mil megawatts (MW) de projetos inscritos para o primeiro leilão de energia eólica do Brasil, marcado para amanhã, despertaram o interesse da indústria mundial de equipamentos elétricos. Empresas como a alemã Siemens, a argentina Impsa e a dinamarquesa Vestas planejam a abertura de fábricas no País para atender à demanda das novas usinas movidas a vento. Os projetos, no entanto, estão associados ao sucesso do leilão.

Nototal, 339 empreendimentos – com capacidade equivalente a mais de dois terços de Itaipu ou uma vez e meia o complexo hidrelétrico do Rio Madeira – foram habilitados para disputar contratos de fornecimento de energia durante 20 anos com as distribuidoras, a partir de 1º de julho de 2012.

No leilão, todos os investidores darão lances a partir de preço mínimo estipulado, de R\$ 189 o MWh. Vence aquele que oferecer o maior deságio. Essa energia será contratada sob a modalidade de “reserva” (acima da demanda do mercado) para dar segurança ao sistema nacional.

Nesse caso, a compradora da energia é a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), associação dos agentes do setor elétrico, que repassará o custo às distribuidoras. É claro que em todos os projetos sairão vencedores da disputa.

Se forem contratados entre 2 mil e 2,5 mil MW já será um sucesso estrondoso”, afirma o presidente da Associação Brasileira de Energia Eólica (Abeeólica), Lauro Fiuza. Isso significaria investimentos entre R\$ 10 bilhões e R\$ 12,5 bilhões apenas para levantar as usinas, considerando que o custo de 1 MW está em torno de R\$ 5 milhões.

Para Fiuza, o leilão dará uma boa sinalização sobre o futuro da energia eólica no Brasil.

Os fabricantes de equipamentos também estão de olho no resultado do leilão para definir estratégias.

A Siemens espera ter bons números para convencer a matriz alemã a construir uma nova fábrica de aerogeradores no Nordeste. “Já levantamos possíveis locais para instalar a unidade”, afirma o diretor de Energias Renováveis da empresa, Alan Rodriguez.

Segundo ele, o objetivo é ficar próximo das centrais elétricas e, ao mesmo tempo, ser atendido por um grande porto para facilitar possíveis exportações.

De acordo com a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), os dois Estados com maior número de projetos inscritos para o leilão são Ceará e Rio Grande do Norte, com 108 e 105 unidades, respectivamente, num total de 6.144 MW. “Agora vamos aguardar e ver o desempenho de nossos clientes na disputa.”

A Vestas também tem planos de instalar uma unidade no Rio Grande do Norte. O anúncio foi feito no primeiro semestre deste ano à governadora do Estado, Wilma Faria. Procurada, a companhia preferiu não detalhar seus planos antes da realização do leilão.

No caso da argentina Impsa, que tem 25 mil MW instalados no mundo, a alternativa que vem sendo estudada para atender a demanda do mercado brasileiro é a ampliação da fábrica de Pernambuco, embora o Estado não tenha nenhum projeto no leilão. O diretor-geral da empresa, Luiz Pescarmona, explica que já tem tudo desenhado para a expansão da fábrica de Pernambuco se seus clientes vencerem a disputa.

A expectativa da empresa é gastar R\$ 200 milhões na ampliação, o que significaria 1.500 empregos diretos no Estado.

“Para a energia eólica ser competitiva, os equipamentos precisam ser fornecidos localmente, já que a logística é muito complicada.

As pás, de fibras de vidro, são muito delicadas e podem ser danificadas no transporte.” SEGURANÇA

Pescarmona destaca que, além do leilão, o Brasil precisa desenvolver uma política para a energia eólica que dê segurança aos fabricantes para se instalar no País (cuja potência eólica é de 143 mil MW). Mesma opinião tem Fernando Scapol, gerente geral da Wobben, fabricante de aerogerador. Na avaliação dele, a adoção de um programa “forte e contínuo” seria fator primordial para reduzir o custo dos equipamentos e, conseqüentemente, da energia.

Para o leilão de amanhã, o governo definiu o preço inicial em R\$ 189 o MWh – considerado muito baixo por alguns investidores.

O valor está bem acima do preço da energia hídrica (R\$ 78,87 o MWh, da Hidrelétrica de Santo Antônio, e R\$ 71,4, de Jirau, no Rio Madeira), mas abaixo do custo de geração das térmicas movidas a óleo combustível, contratadas nos últimos leilões de reserva, que pode chegar a R\$ 800.

Além disso, está muito menor do que no Programa de Incentivo às Fontes Alternativas (Proinfa), cujo preço estava em torno de R\$ 250 o MWh, lembra o presidente da EPE, Maurício Tolmasquim. “Apesar disso, ainda há um amplo caminho para reduzir o custo das turbinas eólicas não só no Brasil, mas no mundo”, diz o vice-presidente da Associação Mundial de Energia Eólica (WWEA), Everaldo Feitosa. ●

Consumo de etanol cresce 20% e o de gasolina fica estagnado em 2009 – Nicola Pamplona - Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 14/12/2009

Com crescimento de mais de 20% ao ano, o consumo de etanol no Brasil já provoca grandes estragos no mercado de gasolina, que deve fechar 2009 estagnado.

Em São Paulo, por exemplo, o etanol hidratado se consolidou este ano como o principal combustível automotivo, com vendas quase 30% superiores ao concorrente.

Tal cenário vem provocando mudanças na estratégia da Petrobras, que reduziu a produção de gasolina para ampliar a de óleo diesel.

Se em 2008 as vendas de etanol hidratado em São Paulo já haviam empatado com as de gasolina, com 7 bilhões de litros cada, este ano o primeiro leva uma vantagem de 28%. Até outubro, segundo dados da Agência Nacional do Petróleo (ANP), as vendas de hidratado no Estado somaram 6,9 bilhões de litros, ante 5,4 bilhões de litros de gasolina. O desempenho reflete os preços competitivos diante de uma frota de combustível cada vez maior.

Somando todos os Estados brasileiros, a gasolina ainda leva vantagem (25,2 bilhões ante 16,9 bilhões de litros), mas começa a dar sinais de retração. As vendas do combustível devem fechar o ano com alta de apenas 0,3% em relação a 2008. Mantidas as condições atuais, diz o Sindicato das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e Lubrificantes (Sindicom), é possível projetar queda no consumo em 2010.

Seria o primeiro ano de queda desde 2003, quando o mercado de combustíveis despencou.

“Pode-se dizer que o freio de mão da gasolina está puxado.

Se o etanol mantiver preço competitivo, as vendas de gasolina cairão”, afirmou o vice-presidente executivo da entidade, Alísio Vaz. Este ano, o etanol teve vantagem em relação à gasolina na maior parte dos Estados durante quase todo o ano.

Nas últimas semanas, com o fim da safra, porém, voltou a subir – na sexta-feira, segundo dados da ANP, era vantajoso em apenas seis Estados.

Mesmo assim, no acumulado do ano, as vendas de etanol hidratado devem fechar em alta de 24,9%. E o maior crescimento entre os diversos combustíveis automotivos, responsável por levar o dado geral do consumo de combustíveis ao recorde histórico de 98,1 bilhões de litros em 2009, alta de 2% em relação ao ano anterior.

Mudança põe em risco leilão de energia eólica – Wellington Bahnmann - Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 14/12/2009

Uma decisão do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), divulgada sexta-feira, ameaça a atratividade do primeiro leilão de energia eólica do País, que será realizado hoje.

Ao contrário do que vinha ocorrendo nos últimos 12 anos, o Confaz não prorrogou automaticamente a isenção de ICMS sobre equipamentos e componentes para usinas eólicas. Desta vez, a isenção foi prorrogada só até 31 de janeiro de 2010.

“Todo mundo deve estar revendo suas contas para determinar a viabilidade dos projetos”, diz o diretor executivo da Associação Brasileira das Empresas de Energia Eólica (Abeeólica), Pedro Perrelli. A decisão será publicada no *Diário Oficial da União* apenas na terça-feira, um dia após o leilão.

Uma reunião extraordinária do Confaz em janeiro deve discutir novamente o assunto.

Para o executivo, a decisão deve diminuir a presença de investidores na disputa de hoje.

Isso porque a expectativa de que a isenção de ICMS seria mantida fez parte dos cálculos da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) para o preço-teto do leilão de R\$189/MWh. “Sem a isenção, a taxa de retorno dos investidores cai”, diz Perrelli, ressaltando que o preço-teto foi considerado baixo pelos investidores.

Segundo a EPE, 10 mil MW em 339 projetos eólicos foram habilitados para a licitação.

Perrelli estima que cerca de 70% dos projetos tiveram as garantias depositadas e estão aptos a participar da disputa.

Ele explica que o ICMS chega a representar 17% do valor de alguns equipamentos de uma usina eólica, entre eles o aerogerador.

“Do investimento total de uma usina, 70% do valor é o aerogerador. Isso mostra que o ICMS tem uma influência direta na taxa de retorno, até porque o preço-teto do leilão é fixo”, justifica. Semana passada, o Ministério da Fazenda anunciou a isenção permanente de IPI para aerogeradores – esse imposto pode representar até 7,5% no valor do equipamento.

Por isso, a isenção de IPI não compensa a cobrança de ICMS.

Na avaliação do executivo, a decisão dos governos estaduais representa um sinal contraditório do Brasil ao mundo, que discute, na Conferência da ONU em Copenhague, estratégias para conter o aquecimento global.

“Enquanto o Ministério de Minas e Energia (MME) realiza o leilão e o Ministério da Fazenda concede a isenção do IPI, os Estados tomam essa decisão justamente no momento crucial para a energia eólica”, avalia.

O leilão é considerado o grande ponto de partida para a energia eólica no Brasil – o potencial é de 140 mil MW, mas apenas 605,8 MW estão em operação. No leilão de hoje, será o vencedor quem oferecer o maior desconto em relação ao preço-teto. Os 10 mil MW habilitados pela EPE equivalem a mais de dois terços da capacidade de Itaipu.

Essas usinas serão contratadas na modalidade de “energia de reserva”, que é uma energia adicional contratada pelo governo federal para atender todo o sistema elétrico, tanto distribuidoras como consumidores livres (indústrias com alto consumo).

Os contratos serão de 20 anos e vão valer a partir de 1º de julho de 2012.

Leilão de eólicas movimentou R\$19,5 bi – Renée Pereira - Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 15/12/2009

Depois de quase oito horas de disputa, o primeiro leilão de energia eólica contratou 1.805 megawatts (ou 783 MW médios) nas Regiões Sul e Nordeste do País. No total, foram comercializados R\$ 19,5 bilhões durante 20 anos.

Embora a quantidade tenha ficado um pouco abaixo da expectativa do mercado, o leilão foi bastante disputado, com descontos entre 19% e 31% – maior até que os das últimas hidrelétricas leiloadas no Brasil (o de Jirau foi de 21,6%).

O preço médio, de R\$148,39 por MWh, surpreendeu até os mais otimistas. “Foi um sucesso absoluto”, afirmou o secretário do Ministério de Minas e Energia, Márcio Zimmerman, frisando que o preço mínimo do leilão ficou em R\$ 131 e o máximo, em R\$ 153,07 por MWh.

Segundo ele, 71 usinas venderam sua energia em contratos de 20 anos, a partir de 1º de julho de 2012. O maior vencedor do leilão foi o Estado do Rio Grande do Norte, que vai abrigar empreendimentos de 657 MW de potência instalada.

Em seguida, ficou o Ceará, com 542 MW; Bahia, 390 MW; Rio Grande do Sul, 186 MW; e Sergipe, 30 MW. Essa concentração deve ser primordial para definir onde as fábricas de aerogeradores serão instaladas.

Zimmerman destacou que a maioria dos empreendedores é privado. Uma das maiores vencedoras foi a empresa Renova, que tem participação do Fundo InfraBrasil, administrado pelo Banco Real. Só ela vendeu 127 MW médios no leilão. A CPFL vendeu cerca de 76 MW médios.

As estatais do Grupo Eletrobrás e a Petrobrás também venderam alguns lotes. Para o leilão de ontem, foram habilitados 339 empreendimentos, com capacidade instalada de 10 mil MW. Mas a maioria dos especialistas do setor já esperava que a contratação fosse menor. Em entrevista ao Estado, o presidente da Associação Brasileira de Energia Eólica (AbEólica), Lauro Fiuza, afirmou que, se fossem contratados entre 2 mil e 2,5 mil MW de energia, seria um sucesso estrondoso.

A venda no leilão ficou um pouco abaixo das suas estimativas, mas deve significar investimentos de R\$ 9 bilhões.

A disputa começou às 10h30 e terminou por volta de 18 horas. O leilão ocorreu em três fases – com a primeira levando mais de sete horas, com 75 rodadas. As duas outras etapas terminaram em minutos. Segundo presidente do conselho de administração da

Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), Antônio Carlos Machado, o leilão transcorreu sem transtornos.

Oito usinas participaram por meio de liminar, mas nenhuma venceu.

Com o resultado de ontem, a energia eólica triplica sua participação na matriz energética nacional, de 602 MW para 2.407 MW. “Os preços do leilão demonstraram que o País tem excelentes oportunidades para explorar nessa área. Temos vocação para trabalhar com fontes renováveis”, afirmou Zimmerman. Ele, no entanto, preferiu não comentar se o País terá ou não uma política só para eólicas.

Para ele, o principal resultado do leilão é a sinalização que tanto os fabricantes queriam para instalar suas unidades no País. “Recentemente estivemos nos Estados Unidos e verificamos preços de energia eólica entre US\$ 50 e US\$ 80. O leilão apresentou números muito semelhantes, com a vantagem de que no Brasil os parques são muito melhores do ponto de vista de eficiência.”

Para o diretor geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Nelson Hubner, o preço de ontem permitirá que os empreendimentos de eólica possam participar de leilões com outras fontes de energia, como a biomassa.

Brasil vai produzir 20% de todo açúcar Do mundo este ano – Célia Froufe - Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 15/12/2009

O Brasil deverá produzir um quinto de todo o açúcar do mundo na safra atual. A fação poderá ser obtida se for confirmado o prognóstico divulgado ontem pelo Ministério da Agricultura de que a oferta do produto será recorde, de 34 milhões de toneladas, um crescimento de 10% na comparação com a safra 2008/2009. Os dados finais do ano serão divulgados amanhã pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

O foco na produção de açúcar pelo Brasil se deve principalmente à quebra da safra na Índia, que, por sua vez, causou uma disparada dos preços da commodity no mercado internacional. Só ontem, a valorização foi de 5,33% em Nova York, quando os contratos para março de 2010 atingiram 25,28 centavos de dólar por libra.

Durante o pregão, a commodity bateu o maior nível em 11 semanas e há quem aposte na possibilidade de uma subida ainda mais vertiginosa, para 30 centavos de dólar por libra. Em Londres, os papéis com o mesmo vencimento registraram a maior cotação desde 1983, de 652,80 centavos de dólar por tonelada, e encerraram o dia com alta de 3,9%, a 650,70 centavos de dólar por tonelada.

Produção recorde de açúcar não é novidade no Brasil, já que nas últimas três safras sempre houve a superação da oferta do ciclo anterior. Agora, no entanto, se espera um salto maior porque a produção vinha subindo, mas mantinha-se na casa das 31 milhões de toneladas.

Para o coordenador do Departamento de Açúcar e Alcool do Ministério da Agricultura, Luís Carlos Job, não há dúvida de que o crescimento da produção doméstica foi causado pela queda de oferta em outros países produtores.

“Por razões internas, a Índia, segundo maior produtor mundial, apresentou grandes quedas de produção nos dois últimos anos e terá de importar entre 6 e 8 milhões de toneladas até o final de 2010”, disse o coordenador.

A expectativa de Job é de continuidade da alta no curto prazo, ainda que Estados Unidos, Tailândia, China, México e a própria Índia apresentem pequena recuperação na produção. Ele acredita, no entanto, que a euforia tem hora para acabar.

“No mercado futuro, a tendência é de queda gradativa no preço até 2011.”

ÁLCOOL

A produção em massa de açúcar pode esbarrar em outro produto que tem tido seus preços acompanhados de perto pelo governo: o álcool.

“Se for mantida essa tendência de preços altos no mercado internacional, os usineiros tendem a concentrar sua produção em açúcar, o que tomaria parte da do álcool”, disse Job. Com uma menor oferta de combustível, sempre há a perspectiva de alta dos preços. O governo já vem estudando a possibilidade de reduzir a quantidade de álcool hidratado, que é misturado à gasolina, por causa de outro problema: o atraso da colheita de cana-de-açúcar por causa do excesso de chuva. Atualmente, o mix é de 25%.



Alstom anuncia fábrica de gerador eólico na BA – Renée Pereira – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 19/12/2009

A multinacional francesa Alstom assinou ontem um memorando de entendimento com o governo da Bahia para construir uma fábrica de equipamentos eólicos no Estado. Será a primeira planta da empresa na América Latina para produzir aerogeradores, destaca o vice-presidente de energia da Alstom, Marcos Costa. Segundo ele, a expectativa é começar a construção da fábrica no primeiro semestre de 2010.

“O leilão realizado pelo governo esta semana (de energia eólica) mostrou que essa fonte de energia é muito competitiva e terá um papel importante na matriz energética do País nos próximos anos”, avalia o executivo, justificando que o resultado da disputa foi um dos fatores determinantes na decisão de investimento da empresa. Além disso, a Alstom, que faturou € 9,7 bilhões no primeiro semestre, deverá receber alguns incentivos do governo baiano para montar a fábrica no Estado.

Os benefícios ainda estão sendo discutidos.

O investimento total será de R\$ 50 milhões e criará cerca de 150 empregos diretos. Embora ainda esteja em negociação, o local mais provável para receber a nova unidade será o Pólo de Camaçari, por causa das condições logísticas, explica Costa.

Ele comenta que o projeto da fábrica prevê uma capacidade instalada de 300 MW em equipamentos por ano. “Mas, neste primeiro momento, a capacidade ficará entre 90 e 180 MW, que é a demanda verificada com nossos clientes.”

O índice de nacionalização das peças dos aerogeradores deve começar com 40% e atingir 60% em dois anos, o que tende a enquadrar os clientes da Alstom nas regras de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), observa Costa. Segundo ele, para a construção da unidade, o dinheiro do banco estatal pode ser uma alternativa, mas a empresa pode fazer todo o investimento com recursos próprios. “Ainda estamos avaliando essa questão.”

O executivo afirma que a fábrica será uma plataforma de exportação para toda a América Latina. A prioridade, no entanto, será o Brasil, cujas expectativas em torno da energia eólica ganharam força como leilão realizado segunda-feira. No total, foram comercializados 1.805 MW nas regiões Sul e Nordeste do País. O preço médio ficou em R\$ 148,39, com deságio de 21%. “O resultado deu boas sinalizações de continuidade para o futuro”, diz Costa.

O potencial do mercado atraiu outras multinacionais para o País. A americana General Electric (GE) também deve iniciar, no primeiro semestre de 2010, a construção de uma unidade em Campinas, no interior de São Paulo.

Já a multinacional alemã Siemens estuda instalar uma fábrica no Nordeste, ainda sem local definido.

Em recente entrevista ao Estado, o diretor de Energias Renováveis da empresa, Alan Rodriguez, afirmou que o objetivo seria ficar próximo das usinas e, ao mesmo tempo, ser atendido por um grande porto para facilitar possíveis exportações.

Outra empresa atraída pelo elevado número de projetos que foram habilitados para disputar o leilão (339 empreendimentos, de 10 mil MW) foi a argentina Impsa.

A empresa planeja a ampliação da fábrica de Pernambuco para atender a demanda do mercado. A expansão custará R\$ 200 milhões.

O leilão de energia eólica - Estado de São Paulo – Notas e Informações – editorial – 23/12/2009

O primeiro leilão de energia eólica realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), na semana passada, apresentou um resultado inferior ao previsto, apesar das comemorações tanto de autoridades como de alguns empresários.

Entre o edital do leilão e a efetiva licitação diminuiu o interesse dos investidores: dos 441 projetos cadastrados inicialmente, com capacidade de geração de 13,3 mil MW, apenas 339 se credenciaram e só 71 empreendimentos, com 1,8 mil MW de capacidade total – e 783 MW de capacidade média –, saíram vencedores.

As usinas eólicas destinam-se a gerar energia de reserva, para ser utilizada quando é insuficiente a geração hidráulica ou de outras fontes de menor custo. Além dos 36 parques eólicos já existentes no País, com capacidade de geração de 605 MW, serão agora construídas usinas no Rio Grande do Norte (657 MW), no Ceará (541,7 MW), na Bahia (390 MW), no Rio Grande do Sul (186 MW) e em Sergipe (30 MW). Pelos cálculos oficiais, serão necessários investimentos de R\$ 9,4 bilhões, estimativa que a iniciativa privada considera exagerada.

Ainda assim, é um alento para os fabricantes de aerogeradores – que respondem pela maior parte do custo das instalações eólicas.

O presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Mauricio Tolmasquim, afirmou que a expressiva contratação de empreendimentos eólicos, associada à decisão de cancelar o leilão de termoelétricas que ocorreria dia 21, mostra o empenho em manter elevado o percentual de fontes renováveis na matriz energética.

Já o secretário executivo do Ministério de Minas e Energia, Márcio Zimmermann, qualificou o leilão como “um sucesso absoluto, pela quantidade e pelos preços que tivemos”, acrescentando: “Hoje, podemos dizer que a fonte eólica efetivamente está tendo condições de entrar no mercado brasileiro, a partir do momento em que consegue apresentar preços que competem com a biomassa e outras fontes.” Mas parece haver uma grande distância entre a realidade e o ufanismo oficial.

A energia eólica é cara. O presidente da Associação Brasileira de Energia Eólica (Abeeólica), Lauro Fiuza, declarou a Renée Pereira, do **Estado**, que o custo de construir uma central eólica no Brasil é 60% superior ao da Europa e dos EUA, devido à elevada carga tributária do País. “Se houvesse uma desoneração de todos os impostos, o custo cairia 30%”, estimou. Por isso, já se esperava pouco interesse dos investidores, pois o

governo fixou o preço máximo da energia eólica em R\$ 189,00 o MW, enquanto os empresários estimam esse custo em torno de R\$ 250,00 oMWh(aliás, o preço médio da energia eólica produzida no âmbito do programa Proinfa, de energia alternativa, é de R\$ 270,00 o MWh).

Como o preço médio de venda no leilão acabou sendo de R\$ 148,39 o MW, com deságio entre 19% e 31% em relação ao preço máximo, especialistas consideraram o resultado “surpreendente”, mesmo levando em conta a desoneração tributária anunciada, no início do mês, pelo Ministério da Fazenda.

Os aerogeradores ficaram isentos do IPI, o que deverá reduzir em 5% o custo do investimento. E as usinas eólicas deverão ser enquadradas no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reide), ficando isentas de PIS e Cofins ao adquirir bens e serviços de terceiros.

Mas os Estados seguiram caminho diferente do da União: o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), que reúne os secretários estaduais da Fazenda, deixou de aprovar a prorrogação automática da isenção do ICMS sobre equipamentos e componentes para as usinas eólicas. Pela decisão do Confaz, a prorrogação valerá apenas até 31 de janeiro. Antes disso, os secretários voltarão a tratar do assunto. Se o ICMS voltar a ser cobrado haverá um custo adicional de até 17% sobre os aerogeradores, superando amplamente, portanto, o benefício do IPI.

É, para dizer o mínimo, exagerado considerar o leilão de energia eólica um êxito, pois é pequeno o acréscimo de energia de reserva que ele proporcionará, e que poderia ser suprido com a energia que sobra – sobretudo da biomassa.

Comercialização de etanol terá novas regras – Kelly Lima – Estado de São Paulo – economia e Negócios – 23/12/2009

A diretoria da Agência Nacional de Petróleo (ANP) aprovou ontem novas regras para a comercialização do etanol. A principal é a criação de duas figuras: as empresas responsáveis pela comercialização do etanol e o agente operador de bolsas de mercadorias e futuros.

A proposta havia sido encaminhada pela indústria canavieira, em busca de liquidez e também para evitar as variações bruscas no preço do combustível.

A União da Indústria de Cana-de-Açúcar, afirmou ontem em nota que o principal ganho com as novas regras é a possibilidade do aumento da concorrência entre a produção e a distribuição.

Outro benefício, diz a entidade, é o estímulo à formação de estoques, o que deverá ampliar a confiabilidade e a disponibilidade do produto especialmente durante a entressafra. “Com as empresas de comercialização, o produtor não vai ficar mais restrito às distribuidoras”, diz nota da entidade.

Já sobre a criação da figura do agente operador de bolsas de mercadorias e futuros, a associação diz que é uma tentativa de aumentar a liquidez dos contratos futuros negociados na BM&F Bovespa e eventualmente em outras bolsas, particularmente por causa da possibilidade de entregar o produto às distribuidoras. “Além de um importante passo no sentido de consolidar o etanol como commodity, trata-se de ferramenta essencial para reduzir riscos para investidores. A medida contribui para que a comercialização do etanol deixe de ocorrer apenas no chamado mercado ‘spot’”, disse a Única. A Petrobras anunciou a compra de 40,4% das ações da mineira Total

Agroindústria Canavieira, por R\$ 150 milhões. A aquisição foi feita pela subsidiária integral, Petrobrás Biocombustível. A parceria viabilizará a ampliação da capacidade de 100 mil m³/ano para 203 mil m³/ano, com um excedente de energia a de 38,5 MW, gerada pelo aproveitamento do bagaço. ●

Setor sucroalcooleiro e o capital estrangeiro – Maurilio Biagi Filho – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 28/12/2009

Alguns anos atrás, disse que em 2012 mais de 20% de toda a cana processada no Brasil já estaria nas mãos de grupos estrangeiros.

Infelizmente, aquele prognóstico se confirmou antes do previsto. Com as últimas fusões e aquisições realizadas ao longo do ano que chega ao fim, as grandes tradings já controlam um quinto da moagem de cana no País líder mundial no setor. Se a isso acrescentarmos a transferência do controle do Grupo Moema – o último grande negócio do ano –, esse índice subirá para 25%.

É um número elevado, principalmente se levarmos em conta que até dez anos atrás o setor estava totalmente em mãos de brasileiros. A internacionalização pode ser ainda maior se levarmos em conta que o maior grupo nacional (Cosan), liderado por Rubens Ometto de Mello, com 18 usinas, tem o capital aberto, sendo muito disputado por fundos de investidores que não se interessam nem pelo controle acionário nem pela gestão, mas pela rentabilidade do negócio – esse percentual de participação é muito maior.

A internacionalização parcial do setor sucroenergético brasileiro demonstra, em primeiro lugar, que a produção de cana, açúcar e etanol é um negócio suficientemente rentável para atrair o capital estrangeiro.

Em segundo lugar, comprova que o empresariado nacional não teve cacife para acompanhar a grande valorização da atividade canavieira desde que o etanol se tornou uma promessa de commodity energético-ambiental.

Olhando por um ângulo positivo, porém, a entrada de grandes grupos no setor pode garantir ao Brasil uma presença mais firme, efetiva e duradoura no mercado internacional de açúcar e de etanol. Efetivamente, não adianta chorar sobre o leite derramado. O capital nacional perdeu a liderança do setor, mas ninguém foi banido definitivamente da atividade. Resta intacto o capital intelectual construído ao longo dos séculos: uma habilidade agrícola sem igual e uma grande capacidade de manejo de usinas e destilarias em diversas latitudes do território brasileiro.

A mais antiga lavoura brasileira, cuja implantação se confunde com a fundação do País, está agora num novo patamar.

Ficaram para trás, sucessivamente, as eras dos senhores de engenho do Nordeste, dos barões do açúcar do Sudeste e dos usineiros estabelecidos em latifúndios familiares no interior.

Na década de 1970, graças ao Proálcool, o setor foi parcialmente renovado pelas destilarias autônomas, que abriram terras de pastagens para o cultivo da cana. Num segundo momento, nos anos 90, esses pioneiros da era do etanol passaram a produzir açúcar também.

A partir do final daquela década, outro tipo de investidor se interessou pelo setor sucroalcooleiro. Tratava-se do início da era dos *head fundings* e dos IPOs (sigla em inglês de Oferta Pública Inicial – de ações). No início dessa década, enfim, importantes

tradings de origem agromercantil, como ADM, Bunge, Cargill e Luis Dreyfus, associaram-se a empresas brasileiras produtoras de açúcar e de álcool. Esse movimento de internacionalização ganhou velocidade em 2009, tendo em vista a crise vivida pelo setor desde o início de 2008, em decorrência dos baixos preços do açúcar e do álcool, agravada pela crise financeira internacional.

A internacionalização parcial do setor ocorre simultaneamente a um movimento de concentração econômica, reflexo também da violenta descapitalização ocorrida a partir do segundo semestre de 2008. Hoje os 30 maiores grupos do setor controlam 91 usinas, processam quase 50% da cana e são responsáveis por 54% da oferta de álcool da região Centro-Sul. Tanto a internacionalização quanto a concentração, em qualquer setor, são resultantes do avanço do capitalismo, caracterizado pela acumulação permanente de capital, a geração de riquezas, a concorrência, a permanente inovação tecnológica e, nas fases mais avançadas de evolução do sistema, o surgimento e a expansão de grandes empresas multinacionais.

Em 1997 a fusão da Santa Elisa com a Companhia Açucareira São Geraldo, dando origem à Companhia Energética Santa Elisa, significou o início desse processo de concentração, acelerado recentemente como reflexo da crise vivida pelo setor em 2008. A tendência é que as unidades menos produtivas sejam incorporadas pelas maiores.

Esse movimento de concentração é cíclico, pois nas décadas de 60 e 70 desapareceram só na região de Ribeirão Preto oito usinas, seis delas incorporadas pela Santa Elisa e as outras duas, pela Santo Antônio.

O setor de biocombustíveis tem de ser consolidado. Não é viável ter mais de 400 unidades independentes vendendo para basicamente quatro ou cinco distribuidoras. Entre as vantagens da consolidação estão a economia de escala e a possibilidade de organizar melhor a oferta.

Não vejo desvantagem na consolidação e sou favorável ao capital estrangeiro. Destaco apenas o fato de as empresas multinacionais estarem participando ativamente desse processo. O Brasil lidera com grande vantagem esse segmento no mundo, tanto comercialmente quanto no que se refere à tecnologia, e deve buscar permanecer nesse comando.

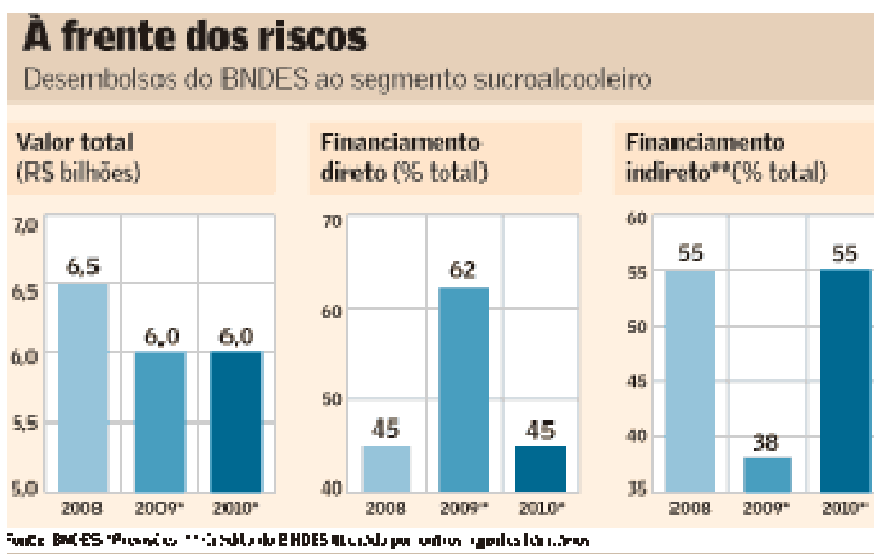
Ao despertar o interesse das grandes tradings agrícolas do mundo, a agroenergia e especialmente o etanol de cana ganham destaque no cenário internacional. Com certeza, porém, não soubemos defender os interesses do setor de forma a preservar tudo o que foi conquistado. Nesse sentido, cabe a nós, brasileiros, nos posicionarmos estrategicamente diante dos grandes grupos internacionais, de forma a trazermos retornos importantes para o País. Afinal, não estamos vendendo apenas ativos, mas o acesso a mercados conquistados ao longo de muitos anos, décadas e até séculos.

BNDES emprestará R\$ 6 bi para usinas - Fabiana Batista – valor econômico –
Agronegócios - 11/12/2009

Até o momento com R\$ 4,5 bilhões em sua carteira sucroalcooleira para 2010, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) olha para o próximo ano com otimismo. Os fundamentos positivos para açúcar, combustíveis

renováveis e bioenergia aliados à expectativa de retomada do crescimento econômico sustentam essa perspectiva. Carlos Eduardo de Siqueira Cavalcanti, chefe do departamento de Biocombustíveis do BNDES, espera em 2010 pelo menos repetir o volume de recursos injetados no setor este ano. Isso quer dizer desembolsar mais R\$ 6 bilhões.

Durante a crise, o banco de fomento teve que ocupar parte do vácuo deixado pelas instituições financeiras, que ficaram mais avessas a riscos. Após setembro de 2008, mês da quebra do banco americano Lehman Brothers, o BNDES entrou agressivamente assumindo riscos e passou a deter nos 12 meses seguintes 62% do financiamento direto às usinas, ou seja, sem a intermediação e assunção de risco de outros agentes financeiros.



Historicamente, os financiamentos diretos do banco ficam no patamar de 45% do desembolso total. "Ao longo de 2010 essa distribuição do risco voltará aos níveis anteriores", diz Cavalcanti.

Até a primeira semana de dezembro, os desembolsos de 2009 somaram R\$ 5,7 bilhões, valor que deve atingir, segundo ele, a casa dos R\$ 6 bilhões até o fim do mês. Os atuais R\$ 4,5 bilhões em carteira para o ano que vem se referem a projetos que iniciaram o trâmite no banco ao longo dos últimos dois anos, na época do chamado "boom" do etanol e, cuja operação neste momento já foi contratada ou aprovada.

Os R\$ 1,5 bilhão adicionais para fechar a conta de 2010 devem entrar na carteira de desembolsos ao longo do novo ano. Depois de um ano e meio praticamente sem ter demandas novas de financiamento para o segmento sucroalcooleiro, o BNDES voltou a receber no terceiro e no quarto trimestres de 2009 novas consultas que, atualmente, somam R\$ 1,6 bilhão (entre cartas consultas e projeto enquadrados).

"O setor vinha de certa forma antecedendo a crise mundial. Os projetos começaram a ser postergados na virada de 2007 para 2008. Agora, as intenções de investir estão voltando", afirma o representante do BNDES.

Ainda que os desembolsos para 2010 se mantenham estáveis em relação a este ano, a maior parte deles deve incorporar melhorias nas usinas já existentes. "Os projetos novos (greenfields) devem crescer do final de 2010 para 2011", avalia Sérgio Leme, presidente da Dedini Indústria de Base, de Piracicaba (SP). Para ele, até mesmo por

conta do forte movimento de consolidação em curso, é razoável que os grandes players busquem, em um primeiro momento, melhoria dos ativos adquiridos.

"Uma vez que se comprou a usina, o foco é fazer investimento de curto prazo, modernizar os ativos para que eles tragam o melhor resultado", acrescenta o presidente da Dedini, que, em sua carteira sucroalcooleira para 2010, tem de 25% a 30% de projetos de usinas novas.

Cavalcanti, do BNDES, concorda que a consolidação de usinas ajudou a reestruturar financeiramente o setor. Sem citar números, ele garante que a inadimplência de usinas é baixa no banco. "Nas operações indiretas, acompanhamos as renegociações do setor com os bancos comerciais. Como trata-se de um processo muito dinâmico, é difícil ter uma posição numérica. Mas, certamente, corrigir esses indicadores de alavancagem vai demorar mais um tempo", diz.

Apesar desse cenário, o desafio de injetar em um ano mais R\$ 6 bilhões em um setor altamente alavancado é visto com otimismo pelo executivo. "Os balanços de safra vão refletir positivamente os preços do açúcar. Além disso, não podemos esquecer que a política do BNDES é de avaliar o negócio em uma perspectiva de longo prazo. Somente 25% da frota de veículos do país é flex-fuel. Há espaço para crescer".

Os desembolsos de 2009 tiveram praticamente o mesmo perfil dos realizados em 2008. Dos R\$ 5,7 bilhões até dezembro, R\$ 3,1 bilhões foram para produção de etanol (ante R\$ 3 bilhões em 2008) e R\$ 1,6 bilhão para açúcar (contra R\$ 1,8 bilhão em 2008). Os financiamentos para co-geração de energia recuaram de R\$ 854 milhões para R\$ 395 milhões e os de cultivo de cana-de-açúcar se mantiveram estáveis na casa dos R\$ 600 milhões.

Bagaço de cana ajuda a iluminar interior do Estado - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Brasil - 12/11/2009

O interior do Estado de São Paulo recebeu uma ajuda indireta das usinas de açúcar e álcool que fornecem energia a partir do bagaço de cana para as distribuidoras. O Estado conta com 54 usinas interligadas à rede.

"Parte dessas usinas sucroalcooleiras ajudou a mitigar o efeito do apagão no interior do Estado", afirmou Zilmar José de Souza, assessor em bioeletricidade da União da Indústria da Cana-de-açúcar (Unica) e professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV). As usinas paulistas têm, sobretudo, contratos de fornecimento com a CPFL Paulista e a Elektro.

Segundo Souza, essas 54 usinas colocam na rede energia suficiente para iluminar uma cidade de 1,4 milhão de habitantes - o equivalente a duas cidades como Ribeirão Preto, o maior polo produtor de cana no país. Boa parte destas unidades está instalada na região de Ribeirão Preto e no Oeste e Noroeste paulista.

A energia a partir da biomassa virou importante alternativa de fonte para a matriz energética do país. Mas sua representatividade ainda é pequena. "O setor sucroalcooleiro ajuda a tornar o sistema menos vulnerável", afirmou Souza.

O potencial de fornecimento de energia a partir do bagaço das usinas de açúcar e álcool do Brasil equivale a um complexo do Madeira (um total de 6.000 MW). Mas o que é comercializado efetivamente por cerca de 88 usinas do país, de um total de 400, representa cerca de 25% desse potencial.

As usinas brasileiras chegaram a anunciar investimentos em cogeração de energia de cerca de R\$ 4 bilhões nos próximos anos. No entanto, o apetite foi contido pela crise financeira pela qual essas empresas passam desde o ano passado.

Muitos grupos sucroalcooleiros firmaram contratos de longo prazo com as distribuidoras de energia. E muitas distribuidoras fecharam parcerias com usinas sucroalcooleiras para bancar os projetos de cogeração de energia no país. No leilão de reserva realizado pelo governo no ano passado, 31 usinas venderam 548 MW médios de energia a partir do bagaço (o que equivale a 1.096 MW de potência instalada, considerando que a usina produz energia somente no período de seis meses de safra).

O grupo Cosan, a maior companhia sucroalcooleira do mundo, foi um dos que mais investiu em cogeração de energia nestes três últimos anos.

Para Marina, saída é diversificação de fontes de energia - Vandson Lima – Valor Econômico – Político - 12/11/2009

Para a senadora Marina Silva (PV-AM), ex-ministra do Meio Ambiente e potencial candidata à presidência nas eleições de 2010, o blecaute ocorrido em 18 Estados brasileiros na noite desta terça-feira reforça a necessidade de uma política que contemple a diversificação de fontes de investimento em matrizes energéticas limpas.

"Veja o caso de Itaipu. Obviamente, não podemos escolher onde vai estar o rio, então o projeto depende de linhões. Se investirmos em energia proveniente de biomassa, energia solar ou eólica, é possível planejar o local do empreendimento e diversificar", acredita Marina.

Temor dos ambientalistas, a criação de mais hidrelétricas, na avaliação da senadora, não resolve a questão: "Não podemos depender de um sistema somente. É investindo em estruturas que possam produzir energia limpa que estaremos precavidos, na ocorrência de situações como essa". Como exemplo, Marina cita Itacoatiara, no Amazonas, onde a queima de biomassa supre 70% das necessidades energéticas da cidade.

Marina Silva, que estava em um consultório médico no momento do blecaute, evitou analisar o acontecido sob o espectro político-eleitoral. Não quis comentar se o ocorrido favorecerá o discurso desenvolvimentista em detrimento do ambiental: "O fundamental é entendermos que tipo de política pública será adotada para que episódios como esse não se repitam. A discussão vai além de apontar de quem é a culpa. A estrutura através da qual produzimos energia tem de ser reavaliada".

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, negou que o blecaute gere pressão para a utilização de usinas termelétricas.

"Termoelétricas a carvão e a óleo, essas, sim, emitem muito CO₂, poluem muito, são caras e podem sujar a matriz brasileira, então temos que ter são boas hidrelétricas"

A exemplo do que o presidente Lula havia declarado pouco antes, Minc afirmou que o blecaute não foi provocado por falta de energia elétrica ou de interligação de linhas de transmissão: "Não faltou energia, estamos num momento de bastante energia, e não faltou linha de transmissão, todo o Brasil está interligado. Houve um acidente em algum ponto que ainda não foi detectado."

Empresas de energia eólica criticam redução do prazo de isenção do ICMS – Valor Econômico – Brasil - 14/12/2009

O primeiro leilão para contratação de energia eólica no Brasil, marcado para hoje, em São Paulo, está ameaçado de fracassar devido a uma decisão do Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz). O alerta foi feito ontem pela Associação Brasileira das Empresas de Energia Eólica (Abeeólica).

O setor foi surpreendido por uma decisão tomada no fim da tarde da sexta-feira, dia 11, pelo órgão, que reúne os secretários de Fazenda dos governos estaduais. O conselho anunciou a renovação apenas até 31 de janeiro de 2010 do convênio 101/97, que isenta de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) todas as compras de equipamentos e componentes para aproveitamento de energia eólica e solar. Há mais de uma década, o convênio era renovado sempre por um prazo de um ano.

"Exatamente às vésperas do primeiro e mais importante leilão para a contratação de energia eólica, o Confaz dá uma sinalização confusa e contraditória ao mercado", critica Pedro Perrelli, diretor-executivo da Abeeólica.

Caso o convênio não seja prorrogado, o setor terá de pagar, em média, 17% de ICMS sobre o investimento. "Isso inviabiliza a energia eólica nos preços atuais", afirma o diretor da entidade.

O Confaz poderá ratificar o convênio em janeiro, mas gerou uma dúvida que não existia até agora. Na quarta-feira, o governo federal já havia isentado os empreendedores do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na compra de aerogeradores. Os empreendedores terão de decidir se desistem de fazer as ofertas ou se as mantêm com a expectativa de que o convênio seja renovado em janeiro.

Para o leilão marcado para hoje, a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) habilitou 339 projetos de geração eólica, empreendimentos que somam capacidade instalada de 10.005 MW.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Etanol

Tarifa chinesa favorece exportação de álcool nacional – Folha de São Paulo – Dinheiro – 19/12/2009

País decidiu reduzir tarifas de 30% para 5% em 2010

DA REUTERS

A decisão da China de reduzir a tarifa sobre as importações de álcool de 30% para 5% a partir de 2010 pode abrir caminho para as importações do biocombustível do Brasil.

Mas a falta de capacidade tecnológica para misturar biocombustível à gasolina deve limitar as vendas.

O Brasil, maior exportador mundial de álcool, tem pressionado a China para importar o combustível brasileiro como um complemento à produção limitada do país asiático.

"A tarifa baixa parece tornar as importações viáveis. Mas estamos estudando se há outras restrições", disse uma fonte que não quis se identificar.

As importações de álcool brasileiro, porém, são improváveis no curto prazo, uma vez que a safra de cana está acabando no centro-sul e os estoques do combustível estão apertados.

Mas a notícia é vista como positiva num período mais longo, segundo a Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar).

"A China tem um baita mercado, eles não têm como responder ao aumento da demanda e estão abrindo uma janela, o que é altamente positivo", disse Antonio de Pádua Rodrigues, diretor técnico da Unica.

Além da falta de disponibilidade, o câmbio valorizado tornaria inviáveis embarques nos próximos meses.

"Mas tudo é possível de ser alcançado, especialmente se houver interesse em contratos de longo prazo, preços pré-fixados", disse Pádua.

Por meta de clima, Japão pode taxar combustível – Valor Econômico – Internacional - 03/12/2009

O Japão quer criar um "imposto verde" sobre os combustíveis fósseis como uma forma de combater as mudanças climáticas. O ministro de Meio Ambiente japonês, Sakihito Ozawa, disse que esse imposto é necessário para financiar iniciativas para conter as emissões de carbono e "institucionalizar" essas emissões como sendo um custo para a economia.

O imposto, proposto por ele no mês passado, poderia render US\$ 23,3 bilhões anualmente.

A ideia está sendo discutida pelo gabinete japonês.

O Japão já anunciou uma meta ambiciosa de cortar as emissões de gases-estufa até 2020 em 25%, a partir dos níveis de 1990. Faria isso se outros países desenvolvidos assumissem compromissos semelhantes. Entretanto a proposta foi vaga em relação a de que forma a meta seria alcançada.

Ozawa disse estar pronto para liderar os esforços de acordo durante a cúpula que se inicia segunda-feira em Copenhague, capital da Dinamarca, para discutir medidas contra as mudanças climáticas. Mas ele admitiu que será "muito difícil chegar a um novo acordo que tenha força de lei", durante a conferência.

O imposto verde daria também uma fonte nova de receita para o governo do premiês Yukio Hatoyama, que prometeu abolir a imposto provisório sobre a gasolina. Esse imposto provisório já está em vigor há anos e se destina a conservação de estradas.

O novo imposto não teria uma alíquota muito diferente em relação ao provisório já existente, mas os impostos sobre carvão, querosene e eletricidade subiriam bastante. O imposto sobre carvão pode ir de 0,7 iene por quilo para 3,4 iene por quilo. O imposto sobre eletricidade dobraria e o sobre querosene mais do que dobraria, segundo a proposta do ministro.

A iniciativa japonesa é uma entre várias semelhantes sendo discutidas no mundo. Em setembro, o governo francês anunciou a intenção de criar um novo imposto para combater as emissões de CO2 no país.

A ideia, proposta pelo presidente Nicolas Sarkozy e criticada pela oposição, é que a taxação entre em vigor no ano que vem, englobando o uso de petróleo, gás e carvão. Ela levaria a uma arrecadação adicional de € 4,3 bilhões ao ano.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei, Ademir A. Cazella e Claudia Job Schmitt

Assistentes de Pesquisa

Karina Kato, Silvia Zimmermann, Catia Grisa e Valdemar João Wesz Junior

Secretária

Diva de Faria

oppa Observatório de Políticas
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ • Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa

Apoio



actionaid



nead

Ministério do
Desenvolvimento Agrário

